



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



**A PERSPECTIVA DA REVOLUÇÃO EM FLORESTAN FERNANDES:
CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE TEÓRICO-POLÍTICO NO SERVIÇO
SOCIAL**

Monografia

JÚLIA LUIZA CARVALHO SANTOS

MARIANA - MG

2022

JÚLIA LUIZA CARVALHO SANTOS

**A PERSPECTIVA DA REVOLUÇÃO EM FLORESTAN FERNANDES:
CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE TEÓRICO-POLÍTICO NO SERVIÇO SOCIAL**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Área de Concentração:

Orientador: Davi Perez

**MARIANA - MG
2022**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S237p Santos, Julia Luiza Carvalho.
A perspectiva da revolução em Florestan Fernandes [manuscrito]:
contribuição ao debate teórico-político no serviço social. / Julia Luiza
Carvalho Santos. - 2022.
51 f.

Orientador: Prof. Dr. Davi Machado Perez.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Fernandes, Florestan, 1920-1995. 2. Classe média - História. 3.
Proletariado - História. 4. Serviço social - Brasil. I. Perez, Davi Machado. II.
Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 323.4(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Júlia Luiza Carvalho Santos

A perspectiva da Revolução em Florestan Fernandes: contribuição ao debate teórico-político no Serviço Social

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 25 de outubro de 2022

Membros da banca

Doutor - Davi Machado Perez - Orientador(a) Universidade Federal de Ouro Preto
Doutor - Rodrigo Fernandes Ribeiro - Universidade Federal de Ouro Preto
Doutor - Marlon Garcia da Silva - Universidade Federal de Ouro Preto

Davi Machado Perez, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 30/10/2022



Documento assinado eletronicamente por **Davi Machado Perez**, **PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 31/10/2022, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Fernandes Ribeiro**, **PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 31/10/2022, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0419776** e o código CRC **5E96E166**.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais pela paciência e compreensão
neste período de muito trabalho e dificuldades.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer à minha família e aos amigos que conquistei durante a minha caminhada no curso de Serviço Social.

Agradeço de maneira especial ao meu pai Luiz Carlos dos Santos que sempre me disse que: “A melhor maneira de sair da pobreza material e espiritual é o conhecimento” e também a minha mãe Neiva Maria de Carvalho Santos, que diante das minhas dificuldades sempre me deu forças para continuar. Juntos vocês sempre me apoiaram na minha vida e também durante toda a minha trajetória acadêmica. Agradeço ao meu irmão, Luiz Philipe Carvalho Santos, por me ouvir também em momentos difíceis.

À instituição – ICOSA, juntamente, com a UFOP e demais instituições de ensino, que me proporcionaram a oportunidade de possuir um ensino superior e a expansão de meus horizontes.

Aos professores, que com muita paciência e dedicação, ensinaram-me não somente o conteúdo programado, mas também o sentido da amizade e do respeito, obrigada por acreditarem no meu potencial para que eu pudesse melhorar a cada dia. Em especial a meu orientador Prof. Davi Perez pela paciência e direcionamento além das longas horas de trabalho e orientação.

Agradeço também ao meu companheiro, Marcelo Henrique Simões Moreira, pela paciência e o apoio prestado neste período de tantas mudanças.

EPÍGRAFE

“O proletariado proclama, de modo claro, cortante, implacável e poderoso, o seu antagonismo com a sociedade da propriedade privada”

(KARL MARX)

RESUMO

O presente trabalho foi elaborado para compreender melhor a perspectiva da revolução em Florestan Fernandes e como a sua contribuição ao debate teórico-político no Serviço Social se torna promissora, em meio as lutas, na compreensão da realidade econômica e social da sociedade brasileira para uma futura efetivação de um novo projeto societário, que visa a emancipação da classe trabalhadora. A principal contribuição deste trabalho é fazer a relação entre o debate, no Serviço Social, do horizonte de um novo projeto societário e a perspectiva da revolução em Florestan Fernandes.

Palavras-chave: Revolução Proletária - Florestan Fernandes - Revolução Burguesa - Serviço Social - Realidade Brasileira.

ABSTRACT

The present work was prepared to better understand the perspective of the revolution in Florestan Fernandes and how his contribution to the theoretical-political debate in Social Work becomes promising, in the midst of struggles, in understanding the economic and social reality of Brazilian society for a future implementation of a new corporate project, which aims at the emancipation of the working class. The main contribution of this work is to make the relationship between the debate, in the Social Work, of the horizon of a new societal project and the perspective of the revolution in Florestan Fernandes.

Keywords: Proletarian Revolution - Florestan Fernandes - Bourgeois Revolution - Social Work - Brazilian Reality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E PROJETO SOCIETÁRIO	13
1.1 A construção do atual Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro	14
1.2 O horizonte de um novo projeto societário	17
2 A PERSPECTIVA DA REVOLUÇÃO EM FLORESTAN FERNANDES.....	22
2.1 Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Democracia de Cooptação	23
2.2 A perspectiva da revolução proletária no Brasil	26
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado para compreender melhor a perspectiva da revolução em Florestan Fernandes e como a sua contribuição ao debate teórico-político no Serviço Social se torna promissora, em meio as lutas, na compreensão da realidade econômica e social da nossa sociedade e para uma futura efetivação de um novo projeto societário, que visa a emancipação da classe trabalhadora.

Os primeiros contatos com as obras de Florestan Fernandes nos permitiram ampliar os horizontes e o conhecimento de mundo que até o momento, se mantinham limitados a respeito de todo o processo que se desenvolveu sobre a realidade brasileira e como isso impactou a revolução burguesa atípica que ocorreu no Brasil.

Foi desenvolvido um trabalho no qual a sua construção se deu a partir da estruturação do conhecimento do projeto ético-político do Serviço Social e o projeto societário que se almeja alcançar, passando dessa maneira, pela construção do atual projeto ético-político brasileiro da profissão, para logo em seguida, adentrarmos no horizonte de um novo projeto societário, onde finalmente, será mostrado a perspectiva da revolução em Florestan Fernandes, entrelaçada com o conhecimento acerca das estruturas responsáveis por manter o regime burguês e a particularidade da revolução burguesa no Brasil.

Para construir este trabalho foi necessário buscar conhecimento em autores como Ricardo Lara para o desenvolvimento do primeiro capítulo, o subcapítulo no qual abordamos a construção do atual projeto ético político do Serviço Social brasileiro foi de extrema importância os livros do José Paulo Netto e Teixeira e Braz, logo após, para o horizonte societário utilizamos Lukács, Marx, José Paulo Netto e Souza e Domingues. Na construção do segundo capítulo “A perspectiva da revolução em Florestan Fernandes” utilizamos as obras do Florestan Fernandes como a Revolução Burguesa no Brasil e O que é Revolução, ao adentrarmos no subcapítulo também foi de extrema importância os livros de Florestan Fernandes e as contribuições de Perez e ao final Florestan Fernandes, Perez e Coutinho foram indispensáveis para o fechamento do texto.

A importância desse trabalho para o curso de Serviço Social se dá no momento em que entendemos o quão enriquecedor se mostra tudo aquilo que Florestan Fernandes apresenta durante o desenvolvimento dos seus trabalhos ao longo da sua vida acadêmica e militante, é importante ressaltar como tudo isso poderá contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho dos

assistentes sociais, ao que se trata a respeito de uma visão de mundo mais realista e crítica por parte dos profissionais e estudantes do curso.

A principal contribuição deste trabalho é fazer a relação entre o debate no Serviço Social do horizonte de um novo projeto societário e a perspectiva da revolução em Florestan Fernandes. Sendo que, juntos podem se complementar e trazer um grande esclarecimento sobre toda a história política, social, econômica e cultural deste país. É como um novelo de lã, cada estrutura se liga a outra, de maneira que todas as outras são modificadas, até finalmente chegar naquilo que compreendemos hoje sobre os problemas estruturais em diferentes áreas e setores no nosso país. A metodologia utilizada para produzir este trabalho foi conduzida por meio de pesquisas bibliográficas e documentais, onde se baseia no que o Serviço Social produziu até o momento sobre a sociedade capitalista e seu modo de produção assentado na exploração da classe trabalhadora, juntamente com a perspectiva da revolução e a realidade brasileira demonstrada por Florestan Fernandes em suas obras.

No primeiro capítulo onde abordaremos o projeto ético-político e o projeto societário, podemos considerar, que a partir dos interesses sociais formados pelas contradições entre as classes sociais e durante o desenvolvimento histórico do ser social cria-se as ideias e ideologias que em determinado momento tendem a seguir uma determinada direção social, onde tentam abranger os mais variados interesses sociais com o objetivo de que suas ideias se transformem em ações fundamentais para o desenvolvimento da sociedade.

O Serviço Social tende a levar essas questões de maneira muito comprometida pois dessa maneira mantém a construção dos valores e das diretrizes profissionais que a profissão necessita para estabelecer as mediações com a realidade. Falar sobre o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, significa compreender que o mesmo foi formulado tendo como principal foco o projeto de transformação da sociedade, por esse motivo a sua concepção se dá justamente por sua própria condição dentro da dimensão política da intervenção profissional. Dessa maneira só há um novo projeto societário sólido quando se tem um projeto ético-político coeso, pois dentro dos seus valores pré-estabelecidos se torna ainda mais fortalecido este novo projeto de sociedade capaz de vislumbrar valores fundamentados no avanço geral da sociedade.

No capítulo seguinte tratamos da perspectiva da revolução em Florestan Fernandes e como isso implica profundamente a realidade brasileira. A revolução burguesa atípica que se apresenta no Brasil demonstra através do seu desenvolvimento unilateral a dominação das estruturas econômicas, sociais, jurídicas, políticas e culturais, que por sua vez se deturparam de modo a privilegiar a classe dominante para o que entendemos como sociedade atual. A

revolução burguesa demonstrada por Florestan Fernandes nos leva a compreender todo o caminho traçado de como se deu este desenvolvimento problemático e proposital criado para o privilégio da elite. Suas estruturas já enraizadas, favorecem a manutenção do seu domínio que por sua vez se retroalimenta pela força de trabalho do proletariado, uma vez que se mantém alienado e dividido para manter a perspectiva e vontade da ordem por meio de um Estado regulador. O domínio autocrático da burguesia sob o Estado se mostra como uma consequência da estrutura e da dinâmica econômica de modernização conservadora, onde se mantém a manutenção de antigos privilégios aos propósitos burgueses com o controle de todo o poder e avanço econômico e político juntamente com a dominação do Estado como principal poder coercitivo da sociedade brasileira. Seguindo este raciocínio, temos como principal tema abordado no último capítulo a perspectiva do horizonte da revolução socialista em Florestan Fernandes, que se complementa com a “Imagem do Brasil” produzida pelo próprio autor e discutida por Coutinho.

A perspectiva da revolução socialista vem como principal medida para solucionar os problemas advindos da revolução burguesa, trazendo um desenvolvimento promissor a toda a sociedade, sem exceção, discriminação ou domínio de uma classe sobre a outra. A revolução socialista se mostra como uma alternativa para nos livrarmos do capitalismo e das suas mazelas produzidas pelo seu modo produção. A desigualdade social e econômica, o pauperismo e os problemas fomentados pela sociedade capitalista podem ser contornados a partir de uma revolução proletária, esta nova estrutura societária poderá desconstruir todos os problemas que engendrados formulam o capitalismo e suas engrenagens. O horizonte da revolução socialista procura extirpar a desvalorização do trabalho, o subemprego e a exploração da força de trabalho, permitirá também alcançarmos uma educação crítica sem opressão. Não haveria domínio de classes ou qualquer benefício a uma parcela mínima da sociedade; dentro desse novo sistema seria possível desconstruir os preconceitos estruturais ligados ao capitalismo.

1. Projeto Ético-Político e Projeto Societário

Antes de adentrarmos especificamente na construção do projeto ético político do Serviço Social brasileiro, é importante enfatizar que, historicamente, os mais diversos interesses sociais se estabelecem a partir das contradições entre as classes sociais em conflito na sociedade. A partir disso, as classes são movidas pelas necessidades sociais tendo como base o trabalho, peça principal para as relações sociais. O trabalho, por sua vez tão importante por ser objeto de transformação neste cenário sócio-humano, permite a construção de um mundo cada vez mais complexo, que se divide em variadas modalidades práticas dando forma tanto ao mundo prático-material quanto ao mundo prático-ideal.

Dentro do que se entende sobre o desenvolvimento histórico do ser social, pode-se observar, que existem dois pólos teleológicos, sendo o primeiro o trabalho e o outro capaz de interferir no comportamento e na ação dos homens, as demais formas de práxis. Todos que exprimem as suas ideias tendem a seguir uma determinada direção social, procurando abranger os mais variados interesses sociais com o objetivo de que suas ideias se transformem em ações fundamentais para o desenvolvimento da sociedade.

O trabalho pode servir de modelo para compreensão dos pólos teleológicos sociais mais desenvolvidos, mas nem todos se resumem ao trabalho. Lukács analisa dois tipos de pólos teleológicos, de primeira e de segunda ordem. O pólo teleológico primário é a ação humana sobre a natureza, em que o homem a transforma objetivamente, seja para satisfazer diretamente às suas necessidades orgânicas ou mesmo para produzir meios de trabalho. O pólo teleológico secundário tem por objetivo a ação sobre as relações sociais. (LARA, 2015, p. 273)

Se partimos dos projetos profissionais na sociedade contemporânea, torna-se possível projetar a construção dos valores e das diretrizes profissionais, de forma que o projeto profissional se movimente diante das mais diversas situações que causem contradição dentro dos interesses de classe, tendo assim por consequência mais adiante, um horizonte para um novo projeto societário. No caso do Serviço Social, essa intervenção acontece tanto no plano ideal quanto no plano prático, podendo perpassar a dimensão do trabalho e a dimensão das formas da práxis pedagógica e política.

Tendo isso em mente, é necessário observarmos o debate profissional na sociedade contemporânea, pois o Serviço Social a partir do seu desenvolvimento na sociedade passa por um dilema no qual se mantém preso aos limites que o próprio sistema capitalista o impõem.

As políticas sociais, uma vez que elas contribuem para a construção da autonomia do indivíduo, também o colocam em uma situação de controle e contradição, e a partir disso, sabe-se que a profissão precisa estabelecer as mediações com a realidade. Porém, a grande questão é, que o ser social para se realizar plenamente não poderia estar numa sociedade alienada. Contudo, se estiver em uma sociedade alienada torna-se impossível o por teleológico primário e secundário se realizarem plenamente, justamente por estarem subordinados à alienação e à lógica do capital. Por essa razão, as políticas sociais estão permeadas por processos contraditórios entre elementos antagônicos, que ao mesmo tempo se complementam dentro do espaço profissional, entrando em um conflito entre a hegemonia da classe dominante e a construção de uma contra hegemonia. A contradição se estabelece, portanto, a partir de categorias que estão na própria realidade.

1.1. A construção do atual Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro

O atual projeto ético político do Serviço Social Brasileiro foi construído e engendrado tendo como horizonte um projeto de transformação da sociedade. Essa concepção e perspectiva foram levadas em consideração justamente por sua própria condição dentro da dimensão política da intervenção profissional. Por sua vez, essa direção foi tomada a partir das ações profissionais de uma grande parcela dos profissionais que estabelecem e favorecem um novo projeto societário, dentro de um movimento contraditório das classes. Vale ressaltar, de acordo com José Paulo Netto (2006, p. 15), que embutimos determinada direção social entrelaçada por uma coloração ética específica:

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. (NETTO, 2006, p. 15).

A partir desse pensamento é possível identificar os elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social que, por assim dizer, são resultado do processo sócio-histórico da profissão. O primeiro elemento, tem a ver com o esclarecimento de

princípios e valores ético-políticos. O segundo elemento, se refere à matriz teórico-metodológica em que se estabelece. Já o terceiro, origina-se da crítica radical à ordem social estabelecida, onde o acúmulo de capital por meio da exploração da força de trabalho se torna peça primordial e exclusiva na produção monumental de riquezas. Finalmente o quarto, se constrói nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela própria categoria, que através de formas coletivas de organização política em união com os mais diversos setores progressistas da sociedade brasileira, implementa direitos aos trabalhadores através de uma pressão direta aos órgãos competentes.

Esses elementos são fomentados a partir de componentes que lhe permitem alcançar materialidade pois se objetivam e se expressam de maneira significativa na realidade. O acúmulo teórico e prático do assistente social o permite atuar de forma crítica e responsável, indo em contramão às posições teóricas tomadas pelos conservadores que buscam a perpetuação do sistema capitalista vigente. Aprimorando dessa forma, a dimensão investigativa da profissão, tão importante para a sua constante relação com o usuário e a sociedade. Dessa forma, Teixeira e Braz em seu livro “O Projeto político do serviço social brasileiro” diz que:

Esta dimensão investigativa da profissão tem como parâmetro a sintonia com as tendências teóricas-críticas do pensamento social já mencionadas. Dessa forma, não cabem no projeto ético-político contemporâneo posturas teóricas conservadoras, presas que estão aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem. (TEIXEIRA e BRAZ, 2009 p.8)

Podemos afirmar que, a partir dos esclarecimentos dos autores, que o projeto ético-político pressupõe por si só um espaço democrático de construção coletiva e em constante disputa, pois a partir do que se entende sobre o espaço democrático estabelecido é coerente afirmar a coexistência de diferentes concepções do pensamento crítico, nos levando a um pluralismo de ideias em seu âmago.

Como consta no artigo de José Paulo Netto, “A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social”, existe uma concepção hegemônica no atual projeto ético político em que o pluralismo não pode ser confundido com o ecletismo. Isso se dá ao fato, que o sujeito coletivo que está por trás da construção do projeto profissional, participa também de um universo heterogêneo. Por esse motivo, sabemos que nossas vivências nos tornam indivíduos únicos e é compreensível que a categoria profissional seja adepta de diferentes posições, comportamentos; além de possuírem preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas.

O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes. (NETTO, 2006 p.5)

Segundo Netto, o projeto ético político possui algumas tensões no corpo profissional, sabemos que dentro deste espaço existe a afirmação da consolidação de um projeto profissional, porém, no íntimo da sua estrutura também observamos a dificuldade em resolver as divergências e as contradições que estão dentro do próprio projeto ético político. Isso se dá justamente pela via do confronto de ideias e não por mecanismos coercitivos e excludentes.

Por isso, a elaboração e a afirmação (ou, se se quiser, a construção e a consolidação) de um projeto profissional deve dar-se com a nítida consciência de que o pluralismo é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado. Mas este respeito, que não deve ser confundido com uma tolerância liberal para com o ecletismo, não pode inibir a luta de idéias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de idéias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas. (NETTO, 2006, p.6)

Em virtude do que foi mencionado, é importante salientar que dentro da sociedade capitalista em que vivemos, os projetos societários são ao mesmo tempo projetos de classe que se desviam de forma constante às determinações de um novo projeto ético político que possa ter outra natureza onde não exista a indiferença no âmbito cultural, de gênero e étnica. Dentro do sistema vigente, as transformações que já estão previamente encaminhadas não deixaram de lado o antagonismo de classes presente na dinâmica da sociedade. Para Netto (2006, p.2), a ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para lográ-la.

Dentro do Serviço Social não seria diferente a razão pela qual se torna necessário um novo projeto societário, pois, de acordo com o que estruturamos ao longo dos anos, um novo projeto societário em seu real sentido, propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classes, etnia e gênero, dessa forma é possível enxergar a necessidade e os interesses onde a implicação deste projeto encontra a finalidade e a longo prazo o seu alcance estabelece a perpetuação dos valores que legitimam.

Não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto

societário. (TEIXEIRA e BRAZ, 2009, p.5)

Dentro do Serviço Social temos interligado o projeto profissional ao projeto societário que por sua vez, vincula-se aos rumos da sociedade como um todo e é a partir do projeto societário que determinamos o movimento final para qualquer transformação ou a perpetuação de uma dada ordem social. Essa vinculação permite uma ação mais assertiva que não provocará nenhum dano por negligência aos valores e aos interesses de uma nova ordem.

Os projetos profissionais são impensáveis sem esses pressupostos, são infundados se não os remetemos aos projetos coletivos de maior abrangência: os projetos societários (ou projetos de sociedade). Quer dizer: os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político. (TEIXEIRA e BRAZ, 2009, p.5)

Por fim, podemos afirmar que os projetos societários podem ser transformadores ou conservadores. O Serviço Social escolheu o projeto transformador, com uma posição relacionada a uma gama de estratégias que promovem a transformação social. Sendo assim, observamos que a estruturação do projeto ético-político tem uma forte ligação aos projetos de transformação e dessa forma enxerga o projeto de sociedade como o caminho mais adequado para a sua resposta ao conservadorismo e ao processo de exploração da sociedade como um todo.

1.2. O horizonte de um novo projeto societário

Ao adentrar na perspectiva de um novo projeto societário é necessário entendermos o significado e a importância e se projetar a emancipação humana. Marx em seus estudos, consegue identificar e nos mostrar as relações entre a emancipação política e a emancipação humana. Por sua vez, seria correto afirmar que a emancipação humana, para Marx, é a ausência da dominação do homem pelo homem, na qual possa definir seu modo de vida de forma livre, consciente e universalmente, sem o domínio inerente à propriedade privada. É de suma importância esclarecer, que a emancipação política por sua vez foi imprescindível para algumas conquistas históricas concretas, pois foi a partir dela que obtivemos cidadania e a formação da democracia que, comparada ao antigo modelo feudal, permite uma forma de liberdade superior a existente até então, mas mantendo um modo de subserviência a partir do

trabalho assalariado.

Marx enuncia com toda clareza, o significado da emancipação política (emancipação burguesa). Ela trouxe apenas a liberdade jurídica, uma emancipação formal, ou seja, proclama uma liberdade que não pode se realizar na sociedade burguesa (LUKÁCS, 2009, p. 167).

A burguesia manteve a exploração do homem pelo homem e a sociedade de classes, no intuito de que a emancipação política servisse para ela como um mero mecanismo para conduzir benefícios exclusivos da sociedade burguesa, que usufrui desses privilégios a partir da exploração da classe trabalhadora e o enrijecimento da mobilidade de classes. Dessa forma os seus mecanismos prosperam a fim de manter a sua soberania independente de como isso possa ser feito. Marx deixa claro nas suas contraposições, que a revolução política representa a perspectiva do capital, enquanto a revolução social contempla a classe trabalhadora além de possuir a sua dimensão política voltada aos interesses do proletariado .

Dessa maneira, dentro do que se estabelece no texto é possível observar que a emancipação política não elimina as contradições da sociedade burguesa, justamente porque este movimento não condiz com a estratégia da emancipação política. Por sua vez, também não produz uma liberdade e igualdade efetiva entre os homens, sua liberdade é limitada ao horizonte do Estado burguês. O avanço da emancipação política anda junto às suas limitações e interesses dentro da sociedade burguesa.

Por isso, Marx foi pontual em dizer:

O limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o Estado ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem realmente fique livre dela, no fato de o estado ser capaz de ser um “Estado Livre sem que o homem seja um homem livre” (MARX, 2010, p. 39).

O motivo deste debate ser tão importante é que se torna impossível vislumbrar um novo horizonte societário sem que haja mudanças significativas no sistema. O que de fato poderá entregar esse processo é apenas uma ruptura com o sistema capitalista para dar início a uma nova estrutura societária que atenda efetivamente às necessidades humanas e principalmente que esteja voltado à emancipação e o desenvolvimento da classe trabalhadora. Por essa razão, segundo o artigo de José Paulo Netto podemos entender que:

Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.). Efetivamente, as transformações em curso na ordem capitalista não reduziram a ponderação das classes sociais e do seu antagonismo na dinâmica da sociedade, como constataram,

entre outros, Harvey (1996) e, entre nós, Antunes (2001). (NETTO, 2006, p. 2-3)

Segundo Netto (2006, p.3), os “partidos políticos são instituições indispensáveis e insubstituíveis para a organização democrática da vida social no capitalismo contemporâneo”. É importante ressaltar que ao longo do tempo a mancha da classe social que integra a sociedade segue os interesses voltados aos projetos societários, uma vez que, dentro desse sistema serão desenvolvidas estruturas flexíveis e cambiantes, em que poderão ser inseridas as futuras demandas e anseios que serão reestruturadas à medida em que a conjuntura histórica e política for caminhando.

Todavia, também a experiência histórica demonstrou que, na ordem do capital, por razões econômico-sociais e culturais, mesmo num quadro de democracia política, os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes. (NETTO, 2006, p.3)

Dentro do que poder ser observado sobre a obra do Florestan Fernandes e o Serviço Social fica claro, que tanto o projeto ético-político da profissão quanto aos estudos desenvolvidos sobre a realidade brasileira de Florestan Fernandes, ambos apontam para uma mesma direção de um processo de renovação estrutural da sociedade e da ruptura do sistema capitalista que por sua vez, em contramão a classe trabalhadora, não colabora para o crescimento e desenvolvimento do país como um todo. Para que seja desenvolvido o horizonte societário precisamos compreender, que a negligência à classe trabalhadora e a manutenção histórica causada pela forma particular que se deu a revolução burguesa, o desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil e a autocratização do Estado, mantém de maneira sólida e como consequência as ideologias conservadoras e pseudo-liberais, que nos limita ao passo, que as políticas públicas geradas pelo Estado não são suficientes para produzir a autonomia do indivíduo e muito menos a autonomia de um país como o Brasil.

Na compreensão de Marx, pela análise do processo histórico em curso, o proletariado tinha que buscar outro tipo de revolução, pois nos países em que a revolução política tinha sido concluída com a sua efetiva participação, as suas condições de vida não haviam melhorado, pelo contrário, o pauperismo generalizava-se. Por isso, o proletariado não deveria pensar nos marcos da revolução política, que representam os interesses da burguesia. (...) Assim, o instinto social do proletariado não pode ser falseado na revolução meramente política que leva ao fortalecimento do Estado burguês, mas realizado em uma revolução social. Para Marx, a revolução social deve ser seu objetivo máximo, porque é a única que poderá resultar numa sociedade verdadeiramente humana, ou seja, numa sociedade emancipada. Considera que a revolução política foi um avanço e necessária, mas não pode ser o ponto de chegada do trabalhador. (SOUZA e DOMINGUES, 2012, p.77 e 78)

Esses eixos são indispensáveis para que não haja o enrijecimento e enraizamento de uma sociedade segmentada e desigual. Para explicar como isso afeta a construção de uma nova sociedade devemos voltar a nossa atenção no debate da emancipação política que por sua vez não corrobora necessariamente para a emancipação humana. Dito isso devemos lembrar que dentro da emancipação política acontece a emancipação do Estado hegemônico pela burguesia, cujas características e formalidades não se fazem presentes para enfrentar as contradições fundamentais desta sociedade.

Com a emancipação política a burguesia se efetivou como a classe dominante (governante) com a consolidação do regime político moderno em substituição ao Antigo Regime, o feudal, mas isso não significou a eliminação da sociedade de classes e nem levou a emancipação humana. (SOUZA e DOMINGUES, 2012, p.73)

Marx (2010) já havia nos mostrado em seus estudos, os avanços estabelecidos pela emancipação política e realmente, há avanços, porém esse progresso perceptível na sociedade se isola de maneira a beneficiar exclusivamente a classe dominante fomentando o seu fortalecimento por meio do Estado em cima de uma liberdade concedida de forma unilateral. Dessa maneira, é possível destacar as diferentes perspectivas da emancipação política e da emancipação humana, pois sabemos que a partir do desenvolvimento em favor da classe dominante, fica descartada a emancipação humana, pois não haverá a real igualdade entre os homens e, a partir da exploração da força de trabalho e da alienação, se sustenta o acúmulo de força e poder do capitalista, com vinculado ao Estado em seu trabalho de repressão e limitador de qualquer forma de ascensão do proletariado. A emancipação política não supera a sociedade de classes e se orienta no desejo individual.

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, o cidadão, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forces propres” (forças próprias) como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política (MARX, 2010, p. 54)

Concluimos, afirmando, que é possível relacionar a emancipação política com a emancipação humana pois uma decorre da outra no processo histórico, mas devemos levar em consideração que ambas possuem perspectivas diferentes. Existe a contradição entre capital e trabalho, e só a partir de uma revolução teríamos chance de superá-la, dessa forma

reafirmamos que a classe trabalhadora se mantém como antagonista da burguesia deixando ainda mais evidente a contradição e a percepção de realidades opostas. Portanto, a revolução só poderá ser efetivada a partir da compreensão dessa oposição acerca das perspectivas da classe dominante e da classe trabalhadora. “O proletariado proclama, de modo claro, cortante, implacável e poderoso, o seu antagonismo com a sociedade da propriedade privada” (MARX, 2010, p. 68).

2. A perspectiva da revolução em Florestan Fernandes

Inicializamos este debate conhecendo melhor a trajetória de vida de Florestan Fernandes. Florestan nasceu no dia 22 de julho de 1920, tendo uma origem humilde e necessitou trabalhar desde muito cedo e por conta disso passou por grandes dificuldades para completar os seus estudos que naquela época seria o ensino médio através do curso de Madureza. Durante os anos de 1941 a 1944 conseguiu então concluir o bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Foi a partir de 1946 a 1947 que Fernandes finalizou o curso de pós-graduação em Sociologia e Antropologia, na Escola Livre de Sociologia e Política. Ainda complementando a sua formação acadêmica, obteve o título de mestre em 1947 com a tese “A organização social dos Tupinambá”, e logo adiante adquiriu o título de doutor em 1951 com “A função social da guerra na sociedade tupinambá”; livre-docente em 1953, com “Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia”; e catedrático em 1964, com “A integração do negro na sociedade de classes”. (PEREZ, 2018)

Mais adiante em 1969 Florestan Fernandes se vê aposentado compulsoriamente pela Ditadura Militar e assim, trabalhou como professor visitante na Columbia University em Nova York, em 1965-66, e como professor residente e titular na Universidade de Toronto, em 1969-72. Foi a partir de 1977 que se tornou professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Além da sua trajetória acadêmica, Florestan Fernandes também se fez presente e se tornou uma figura muito importante a partir da militância pela defesa da educação pública e das causas populares. Também se manteve em uma militância partidária por um breve momento no trotskismo em meados dos anos 40. Em 1980 no Partido dos Trabalhadores - PT, elegeu-se também Deputado Federal Constituinte em 1986 e se reelegeu em 1990. Faleceu no dia 10 de agosto de 1995. (PEREZ, 2018)

Na tentativa de inicializar o debate acerca da perspectiva da revolução em Florestan Fernandes é imprescindível que seja feita a observação ao sentido da palavra. Por sua vez, a palavra revolução tem provocado dúvidas e questionamentos, sendo que o seu real sentido se apresenta a partir de mudanças drásticas e bruscas de toda a estrutura de uma sociedade. Embora sabendo disso, o que a burguesia chama de revolução se caracteriza como o golpe militar de 1964, que Florestan caracteriza de maneira muito assertiva como contrarrevolução preventiva.

Porém, Florestan nos atenta que existe um real motivo para que ocorra esta

apropriação do conceito por parte da classe dominante, um golpe de Estado que por sua vez é declarado revolução se mantém em lugar de destaque na intenção de construir um discurso manipulatório como se a revolução democrática não tivesse sido interrompida. Dessa maneira, os precursores de um golpe de Estado conseguem entregar à população uma visão de que o sistema vigente estaria servindo a nação como um todo.

Se um golpe de Estado é descrito como “revolução”, isso não acontece por acaso. Em primeiro lugar, há uma intenção: a de simular que a revolução democrática não teria sido interrompida. Portanto, os agentes do golpe de Estado estariam servindo à Nação como um todo (e não privando a Nação de uma ordem política legítima com fins estritamente egoístas e antinacionais). Em segundo lugar, há uma intimidação: uma revolução dita as suas leis, os seus limites e o que ela extingue ou não tolera (em suma, golpe de Estado criou uma ordem ilegítima que se inculcava *redentora*; mas, na realidade, o “império da lei” abolia o direito e implantava a “força das baionetas”: não há mais aparências de anarquia, porque a própria sociedade deixava de secretar suas energias democráticas). (FERNANDES, 2018, p.10)

Florestan, sempre atento à realidade brasileira, nos mostra a partir de suas obras o caminho para a revolução no Brasil e nos adianta sobre todo o processo político, social e econômico que a classe trabalhadora poderia vir a passar a partir de uma verdadeira revolução. Essa luta pela transformação da sociedade a partir da revolução se mostra num caminho no qual não depende apenas da vontade coletiva da classe trabalhadora, e sim de entender os aspectos e as particularidades do capitalismo no nosso país.

O autor estabelece que independente do grau de desenvolvimento capitalista de uma sociedade, existem determinadas exigências que moldam a sua estrutura econômica, social, cultural, jurídica e política, que são divididas em “revoluções” sob o olhar de analistas que destacam por assim dizer em revolução agrária, revolução urbana, revolução demográfica e revolução nacional, que se mesclam para atender as potencialidades de expansão da ordem burguesa. Porém, devemos estar atentos que uma sociedade capitalista que não concebe nenhum tipo de reforma agrária e seu o projeto de revolução urbana está totalmente perdido e voltado a uma metropolização segmentada, está fadada ao débito na revolução demográfica, nacional e democrática. (FERNANDES, 2018).

2.1. Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Democracia de Cooptação

No livro “A revolução burguesa no Brasil” de Florestan Fernandes, o autor tenta nos chamar a atenção ao movimento que constitui a trajetória do capitalismo em nosso país. Sabemos que, com a ascensão da burguesia e da sua dominação política ficamos a mercê de um Estado autocrático-burguês, que nunca se voltou para a classe trabalhadora e por essa razão, obtivemos um país cujas condições sociais de vida da classe trabalhadora se encontram fragilizadas, entregando apenas condições básicas para a manutenção do trabalho e de uma vida social e econômica precarizada.

A classe dominante no Brasil demonstrava em seu período de transformação do país e da América Latina um grande desinteresse em promover uma revolução que beneficiasse por completo o país, tal qual aconteceu nos países da Europa e nos Estados Unidos. Mas vale lembrar, que na Europa houveram vias clássicas e vias não clássicas de revolução burguesa, e esses processos também privilegiaram prioritariamente a burguesia. Sendo assim, é um modelo de capitalismo distinto do que se estabeleceu na América Latina, mas também se configura como capitalismo com todas as suas contradições e expressões da questão social.

Sabemos que a elite nacional não é débil e por não estar disposta a perder os seus benefícios, que por sua vez, haviam sido edificados por décadas, se mostra competente em explorar o subdesenvolvimento para a perpetuação do modelo dependente. Não viam então tal feito como um interesse comum da classe em contemplar a sociedade como um todo, justamente por se encaixarem numa condição de privilégio eliminando dessa maneira, qualquer possibilidade naquele momento de efetuar a universalização dos direitos.

A convergência de interesses burgueses internos e externos fazia da dominação burguesa uma fonte de estabilidade-, econômica e política, sendo esta vista como um componente essencial para o tipo de crescimento econômico, que ambos pretendiam, e para o estilo de vida política posto em prática pelas elites (e que servia de suporte ao padrão vigente de estabilidade econômica e política). Portanto, a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou im provisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou. formal, mas eram socialmente inoperantes). (FERNANDES, 2006, p.207).

Florestan então nos mostra a partir do seu livro uma interpretação do Brasil que se difere de duas concepções extremas. A primeira acreditava que o capitalismo nunca se desenvolveu plenamente no Brasil. A segunda interpretação, afirmava que o Brasil já era capitalista desde o séc XVI em seu período escravista colonial. Porém, Florestan foca a sua análise em compreender o que de fato constituiu a revolução burguesa atípica em nosso país.

Dessa forma, é correto afirmar que:

Em suma, o sociólogo demonstra que a dependência econômica perpassou toda a história nacional desde a Colônia, contribuindo ao processo de acumulação primitiva pré-capitalista e posteriormente integrando-se de maneira subordinada à ascensão do modo de produção capitalista. Passamos de uma economia escravista mercantil, que perdurou na Colônia e no Brasil Império, para uma economia capitalista no período de transição para a República, com a generalização do trabalho assalariado. Esse processo foi desencadeado pela emergência de uma revolução burguesa atípica que teve como principais protagonistas as antigas oligarquias rurais que se aburguesaram e os comerciantes imigrantes. Essa revolução burguesa conforma um tipo de desenvolvimento capitalista que refuncionaliza e integra à sua própria dinâmica resquícios do passado colonial e escravista. (PEREZ, 2019, p. 13)

Desse modo, Fernandes (2005) vai nos dizer que essa inter-relação entre o novo e o velho acarreta numa modernização conservadora.

No processo histórico da formação social brasileira podemos observar que o liberalismo impulsiona o rompimento do estatuto colonial e a formação do Estado Nacional antes mesmo do capitalismo se consolidar no Brasil, porém, o seu elemento progressista e principal não aparece na ambição da emergente burguesia brasileira, sendo assim, já é possível entender como se desenvolve nas formas ideológicas as classes dominantes, que ao longo da história nacional absorvem elementos do liberalismo e do conservadorismo, com um potencial fascistizante que em alguns momentos se torna explícito (FERNANDES, 2006).

A partir do golpe de 1964 já foi possível estabelecer a afirmativa de que há uma impossibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo e assim manteve a dupla articulação “dependência externa x segregação interna” que caracteriza o capitalismo dependente brasileiro.

O que se pode dizer a respeito da burguesia, é que ela detém todo o poder econômico, político e por sua vez, controla também o Estado, a síntese de todo esse poder configura o que chamamos de autocracia burguesa. Sua formação se deu a partir da adaptação da antiga aristocracia aos propósitos burgueses e dessa maneira, ela construiu a sua identidade. No que pode ser observado a respeito do seu poder, vale ressaltar que a burguesia detém o total controle do espaço político e da ordem legal, desse modo, nossas mãos se mantêm atadas na tentativa de evidenciar as suas contradições de classe, mesmo utilizando de estratégias como a movimentação política viabilizada pela classe trabalhadora no intuito de construir a conscientização através de discursos e trabalhos de cunho educativo .

Enquanto Florestan produzia a sua obra ele também observava todo o processo de maturação e consolidação da autocracia burguesa. Presenciou inclusive a tentativa de uma burguesia radical em implementar uma demagogia populista que consistia numa democracia mais participativa, porém essa intervenção foi uma manipulação das massas na qual transmitia

uma falsa impressão de um pluralismo que nunca existiu; o que prevaleceu na verdade, foi a imposição feita pela contravolução da perpetuação de uma burguesia alinhada ao capitalismo dependente com a conservação dos costumes e da manutenção da ordem.

Todavia, as classes burguesas que lutavam por causas tão amplas não tinham coragem de romper com a dominação imperialista e com os liames que as prendiam às várias formas de subdesenvolvimento interno. Em consequência, patronizavam uma variedade especial de "populismo", a demagogia populista, agravando os conflitos de classe sem aumentar, com isso, o espaço político democrático, reformista e nacionalista da ordem burguesa existente. Essas foram, no entanto, as experiências que acordaram a burguesia brasileira para a sua verdadeira condição, ensinando-a a não procurar vantagens relativas para estratos burgueses isolados, à custa de sua própria segurança coletiva e da estabilidade da dominação burguesa. (FERNANDES, 2006, p.365)

Durante o curso da dominação capitalista, Florestan também previu a partir da classe média emergente que poderia acontecer diversos ataques a partir de manifestações contra a ordem burguesa na tentativa de levar os seus anseios a frente; para isso o Estado autocrático burguês assume uma variação modernizada do que conhecemos como facismo. A ordem burguesa assume o que Florestan chamou durante o período de democratização pós-ditadura de democracia de cooptação no qual consistia na abertura de pequenos espaços para classe trabalhadora se manifestar enquanto classe, porém dentro dessa estrutura é inviabilizada qualquer articulação maior que pudesse a curto ou longo prazo ameaçar o sistema capitalista; dessa maneira foi criada uma espécie de democracia dentro da autocracia. Por essa razão, a democracia de cooptação tem pouca flexibilidade justamente porque no capitalismo dependente a burguesia tem muito pouco a ceder em concessões para os 'de baixo'. Dentro desse processo é feito um movimento para entender os limites da consciência burguesa para dentro das classes trabalhadoras e dos setores que vivem mais marginalizados da população. A sua própria movimentação restrita e de baixa mobilidade é a responsável por criar os problemas dentro da estrutura da sociedade de classes, gerando dessa maneira a miséria, desorganização social e o desenraizamento cultural, ocasionando as lutas e protestos que se chocam com a ordem.

2.2. A perspectiva da revolução proletária no Brasil

Acerca do que se discute a respeito da revolução dentro da ordem precisamos entender

que se expandir e constituir-se como classe independente torna-se uma tarefa extremamente difícil e um tanto quanto complicada para ir contra a supremacia burguesa. Esse espaço a ser conquistado precisa ser dominado no aspecto histórico e político, e a luta dentro da ordem se torna ainda mais complexa por não ter o impacto de uma luta direta pelo poder e o controle da sociedade e do Estado.

Sabe-se que quanto mais avançado for o sistema de produção capitalista, maior ainda será a viabilização da classe dominante em estabelecer o fortalecimento a partir da luta de classes. Dentro do sistema capitalista, a classe trabalhadora teria as suas ações enrijecidas, ao passo que qualquer pressão realizada contra a classe dominante dentro dos meios legais acarretaria uma mínima redefinição da sua relação com revolução burguesa, portanto, não impactaria sequer a hegemonia social e política da classe dominante e teria apenas algumas concessões e a ampliação mínima dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora numa revolução dentro da ordem. Vale lembrar que nesta luta, a burguesia se beneficia de suas vantagens que servem de fortalecimento para se opor à classe trabalhadora, vantagens estas que não podem ser em hipótese alguma subestimadas pois são capazes de reduzir a pressão do proletariado contra o sistema vigente e até mesmo de neutralizá-las.

A revolução dentro da ordem é meramente instrumental e conjuntural para o proletariado, ligando-se à necessidade histórica de proteger e acelerar a constituição da classe como classe em si, capaz de tomar em suas mãos o seu desenvolvimento independente. A partir de certo nível, o proletariado força a mudança de qualidade da “guerra civil oculta”, exige que as reivindicações socialistas mudem de teor, pondo em xeque a supremacia burguesa e o poder político da burguesia. O que quer dizer que, desse nível em diante, o proletariado terá de hostilizar todas as criações do capitalismo; sua relação com a revolução burguesa mudará de qualidade, porque então passará a importar-se em como passar da “guerra civil oculta” para a “guerra civil aberta”, ou seja, a derrubada da ordem e a constituição de uma democracia proletária. (FERNANDES, 2018, p. 88)

A respeito da revolução contra ordem, enxergamos uma estratégia de luta com mudanças drásticas e violentas para romper e desconstruir a estrutura da sociedade vigente. Diferente da revolução dentro da ordem, a revolução contra a ordem não acontece a partir de uma mudança gradual e sim revolucionária. O seu sentido implica em um abalo forte e estrutural que é capaz de desintegrar e revirar a ordem social capitalista. Dentro de uma compreensão mais aprofundada, a revolução contra ordem também se mostra como uma revolução a favor da classe trabalhadora que tem como objetivo final a extinção do antagonismo de classes estabelecido pelo sistema capitalista. A ação revolucionária contra a ordem dentro de uma guerra civil estabelece a predominância da conquista do poder e posteriormente a dissolução da antiga sociedade, abrindo espaço para a transição rumo a uma

nova sociedade sem classes e sem qualquer tipo de dominação civil, tendo por sua vez, a extinção da presença do Estado.

Dentre os motivos que levaram o Brasil a se estabelecer como um país de capitalismo dependente, não podemos negar que ao longo de sua constituição também ocorreram evoluções. Entretanto, os movimentos realizados em questão foram guiados pelas forças conservadoras que sempre se mobilizaram em momento de maior risco a sua soberania, tendo em mente como o seu próximo passo a obtenção de um tempo que fosse suficiente para a conversão de uma transformação revolucionária em uma composição política. Essas evoluções guiadas pelas forças conservadoras possui uma grande limitação pois, mesmo quando é posto um movimento de transformação na ordem capitalista, a ação promovida não constrói a autonomia da classe trabalhadora e sim, uma mera evolução, que não chega a ser o suficiente para corromper ou iniciar um processo de desestruturação da dominação da sociedade burguesa.

Esta ação não é estratégica e sim um padrão de controle já histórico sob a classe trabalhadora e esta ação, como é dito por Fernandes (2018), é apenas um produto do congelamento do processo de descolonização, pelo qual grande parte do país se manteve excluída permanentemente de todas as formas sociais organizadas e institucionalizadas dos direitos civis e políticos independente de serem em cidades médias ou em grandes áreas já desenvolvidas.

A burguesia monopolista lida com as possibilidades oferecidas pelo golpismo ou pela democracia de cooptação de acordo com as necessidades de cada conjuntura. Seu próprio caráter dependente faz a corrupção e a cooptação material de camadas médias e baixas da população algo bastante restrito e pouco flexível, que pode inclusive se restringir ainda mais nos momentos de crise. Torna-se também necessário, portanto, a cooptação ideológica, a introjeção da consciência burguesa nas classes trabalhadoras, apresentando os interesses particulares da classe dominante como se fossem interesses universais de toda sociedade. Essa constatação da cooptação e da extensão da consciência das classes dominantes para os setores populares, como bem ressalta Coutinho (2011), vai no sentido do que Antônio Gramsci categorizou como transformismo. (PEREZ, 2018, p.15)

Quando se trata da classe trabalhadora, Florestan nos recorda o movimento de transformação presente na proletarização que por sua vez, é um processo histórico recente; a generalização do trabalho assalariado desencadeou uma reflexão apenas em espaço locais ou quando acontecia de forma mais abrangente, era prolongado dentro de um aspecto regional; sendo assim, a contenção de conflitos tornava-se fácil pois não havia repercussão do que estava acontecendo, trazendo a tona a segregação do proletariado que estava numa formação

inicial do restante que só se caracterizava como população pobre. O golpe certo dado pela alienação e o desagrupamento da classe trabalhadora, possibilitou a concentração de poderes como o controle militar, jurídico e político sobre a sociedade, abrindo um caminho para os sucessivos avanços do capitalismo.

No que se trata a respeito da composição das classes dominantes atuais já era esperado a manutenção da sua mentalidade arcaica senhorial e colonial, tendo em vista, que a sua transformação dentro do sistema capitalista se orientava em não ceder dos seus privilégios, sem ao menos se importar com o que ocasionaria. O seu processo resultou numa sociedade desigual, com problemas devastadores que passam por cima da classe trabalhadora, fomentando o desenvolvimento do regime de classes e da ordem social competitiva vigente até os dias de hoje.

Quando chegamos perto de enterrar de uma vez essa herança senhorial, os estratos civis e militares dirigentes das classes dominantes recorreram a uma contrarrevolução prolongada, reconstruindo pela força bruta o mundo de seus sonhos.(FERNANDES, 2018, p, 99)

O Estado burguês converteu-se numa ditadura civil-militar no período 1964-1985, tal como Fernandes (2018) nos explica e promoveu a centralização do poder que se tornou peça principal na garantia da sua base econômica. Num quadro global, a estabilidade política e a segurança dos investimentos contribuíram para a internacionalização dos recursos materiais e humanos do Brasil. Dessa forma, a burguesia nacional e a burguesia externa, que não são mais divididas e opostas, passam a perceber que a divisão mundial do trabalho serviu apenas como um fator de especialização econômica, por conseguinte, a universalidade dos processos de autodefesa do capitalismo, que percorrem do centro à periferia se intensificam nesse espaço de alta vulnerabilidade onde no sistema capitalista, o regime de classes não poderá funcionar e manterá com uma baixa flexibilidade acarretando a segurança dos fluxos democráticos da República burguesa. Dessa maneira, ocorrerá a drenagem dos recursos materiais e das riquezas das áreas periféricas por meios de mecanismos complexos já implementados nas estruturas mais dinâmicas e produtivas das economias periféricas sendo assim, a partir da exploração pela mais-valia, a minoria passará por problemas econômicos que não será capaz de resolver por si só.

Por sua vez, afirma o sociólogo brasileiro:

[...] Um agravamento súbito mas persistente de tendências crônicas do desenvolvimento desigual e combinado, pois a modernização intensiva e a industrialização maciça são “internacionalizadas”, isto é, voltam-se para as

estruturas e os dinamismos das economias capitalistas centrais e suas posições de interesses na economia mundial, o que faz com que seu impacto sobre o crescimento do mercado interno, a ampliação da oferta de trabalho e o aprofundamento da revolução burguesa fora da esfera econômica seja amortecido ou deteriorado, conferindo à situação de dependência, sob muitos aspectos, a qualidade de equivalente funcional da relação neocolonial (só que estabelecida com referência a dois núcleos de poder externos con- jugados: a grande corporação internacional e os Estados capitalistas centrais). (FERNANDES, 2018, p.101)

Por fim, o regime de classes passa por três transformações simultâneas, segundo Fernandes (2018, p. 102), “aumenta em números e em diferenciação mais pronunciada das classes; entra, num período de tempo muito curto, na fase na qual os proletários se constituem como classe em si e começam a lutar por seu desenvolvimento independente como classe; (...)”.

É importante compreender que, lutar como classe em si permite à classe trabalhadora alcançar um novo patamar diante de um desenvolvimento promissor a uma nova realidade brasileira. Esta união da classe faz toda a diferença num processo de organização e estruturação de uma sociedade mais igualitária.

“(...) deixa de operar segregadamente, como parte do universo urbano-industrial, atingindo com fluidez os que estão proletarizados e os que aguardam a proletarização em um imenso reservatório de trabalho, que constitui um exército de reserva *sui generis*, o que representa o início da quebra do isolamento entre os operários e o resto da população pobre, e maior fluidez, em escala nacional, dos conflitos de classe movidos pelo proletariado.” (FERNANDES, 2018, p.102)

Assim que entendemos o quadro global, podemos perceber com mais clareza como o fortalecimento da revolução burguesa que aconteceu tardiamente acarretou benefícios econômicos para a burguesia interna trazendo um aumento acentuado e progressivo da sua força como classe. Por conta desses benefícios permanentes foi possível adquirir um sistema de produção muito avançado, onde possui um potencial de defesa e de agressão que pode ser regulado pela própria órbita imperial da dominação capitalista.

Entretanto, mesmo com todos esses avanços perceptíveis e controladores por parte da burguesia a classe trabalhadora juntamente com a massa da população pobre obtiveram algumas vantagens relativas à classe burguesa. A primeira vantagem se mostrou com a possibilidade da diferenciação do regime de classes trazendo a vanguarda operária e sindical muito mais organizada e consciente, dessa maneira, elas se encontram muito mais dispostas a dinamizar a luta de classes dentro da realidade dos próprio trabalhadores, a fim de incapacitar a classe dominante numa possível tentativa ultrapassar os limites numa possível crise estabelecida pelo poder burguês interno, externo, nacional ou estrangeira.

Por fim, sua última consequência se faz extremamente importante pois, a burguesia tenta de maneira muito intensa remover a exacerbação ditatorial do que foi estabelecida pela ação contrarrevolucionária, porém sem muito sucesso. O que é possível observar, é um mero disfarce na situação complexa gerada pela institucionalização introduzida na república burguesa a partir da ditadura de classe, dessa forma tenta diluir aos poucos em um sistema “constitucional” e “representativo” numa adaptação à defesa do Estado, dessa maneira reprimem os de baixo de tal forma, que sua ação se manterá contida a ponto de desagrupar, alienar e promover a limitação do alcance da consciência de classe por parte da classe trabalhadora num possível embate com a classe dominante.

Por isso Florestan foi tão assertivo em dizer:

Certamente que a crise do poder burguês está presente e oscilante. As classes burguesas não podem fixar livremente suas vantagens econômicas e tampouco podem estabelecer os limites sociais e políticos ou graduar os ritmos da revolução nacional e da revolução democrática. Estas oscilaram para baixo e, se não estão sob controle dos proletários e do resto da população pobre, não podem ser determinadas independentemente do que estes setores da sociedade estejam mal dispostos a tolerar. (FERNANDES, 2018, p.104)

Finalmente podemos dizer que a ditadura gerada pela crise do poder burguês não poderá sanar em hipótese alguma os males que causou e de certa forma, percebemos que haviam duas vertentes que chamamos de contrarrevolucionária onde nos situamos num sentido contrário à evolução social, política, econômica e cultural do país com a aprimoramento exclusivo dos benefícios da burguesia e a revolucionária que por sua vez, vai de encontro ao beneficiamento da sociedade como um todo no seu sentido econômico, social, político e cultural sem qualquer tipo de dominação e exploração racial, étnica ou de classes.

Entretanto, a burguesia decidiu caminhar pela primeira vertente e, através dela não seria capaz de quebrar o impasse do poder burguês, pois sabemos que a classe dominante não fará esse movimento de marcha ré, por se preocupar com a real possibilidade de perder os seus privilégios e de não ser capaz de inicializar a recomposição da sua classe, por saber que sozinha não será capaz de desencadear as transformações sociais e políticas introduzidas historicamente pela revolução burguesa onde foram restringidas e modificadas drasticamente. Dessa forma é possível entender que:

Por sua vez, as forças proletárias e radical-populares não dispõem de meios para soltar as amarras da vertente revolucionária e os únicos grupos organizados que lutam a seu lado temem, por interesses de classe ou por inibição política, ir além do aprofundamento da revolução burguesa. (FERNANDES, 2018, p.105)

Por essa razão, muitos se perguntam sobre um caminho direto que poderia levar a crise do poder burguês à sua extinção por completo. Florestan (2018) naquele momento entendeu que, ir contra a ditadura seria o caminho mais direto, essa ação permitiria a reconversão ao Estado de direito e traria a possibilidade da Assembléia Constituinte.

Florestan nos afirma sobre a Assembléia Constituinte:

Para uns traria a revolução nacional e a revolução democrática de volta à cena histórica, cimentando os destinos da burguesia em bases sólidas; para outros poderia ser o embrião da presença crescente dos *de baixo* no controle popular do Estado burguês, abrindo perspectivas para um socialismo a partir do poder. (FERNANDES, 2018. P.105)

Quando se trata da imagem do Brasil não podemos deixar de pensar que o nosso passado nos entrega uma visão de conjunto que segundo Coutinho (2011), nos traz também não só a compreensão do nosso passado histórico, como também o que se deu a partir disso no presente e para além disso, chega a ser possível ter alguma previsibilidade acerca das perspectivas do futuro.

Forçando um pouco os termos, poderíamos dizer que tais “imagens” contêm sempre uma articulação entre ciência e “ideologia”, ou entre ser e dever-ser, o que nos permite classificá-las – conforme sua perspectiva seja conservadora ou revolucionária – como de direita ou de esquerda. Para darmos uns poucos exemplos, há “imagens do Brasil” nas obras de Gilberto Freyre e de Oliveira Vianna, que são de direita, ou na de Caio Prado Júnior, que é de esquerda. (COUTINHO, 2011, p.222)

Florestan Fernandes em suas obras sempre se manteve atento quanto a essa imagem do Brasil, dentro da sua produção teórica ele abordou de maneira categórica diversos assuntos que se entrelaçam com revolução latino-americana em meio à complexidade presente dentro de cada tema que juntos formam a visão de conjunto que Coutinho(2011) nos apresenta em seu livro *Cultura e Sociedade no Brasil*.

Em “A revolução burguesa no Brasil”, Florestan Fernandes traz uma grande contribuição para os leitores quando traz ao público de maneira explícita o marxismo como um ponto de vista metodológico. Por sua vez, o material descrito no livro se tornou muito importante para debater as análises da sociedade e da vida política brasileira presentes nas produções literárias anteriores, que serviu de base para que muitos jornalistas e estudiosos pudessem se inspirar e formular as suas “próprias” ideias e argumentos.

Antes de mais nada, é preciso sublinhar o fato de que a “imagem do Brasil” proposta por Florestan é uma imagem marxista e, portanto, revolucionária. Se não é difícil

apontar a presença hegemônica do método funcionalista nos primeiros trabalhos de nosso autor, é também indiscutível que o seu empenho teórico- metodológico assume, sobretudo a partir de *RBB*, uma explícita e consciente dimensão marxista. Com isso, Florestan se insere numa tradição que se inicia com Octávio Brandão (o qual, malgrado suas evidentes debilidades teóricas, é o primeiro a tentar formular uma “imagem do Brasil” à luz do marxismo)¹⁴⁵, passa por Caio Prado Júnior e pelo Partido Comunista Brasileiro e chega até nossos dias. (COUTINHO, 2011, p.222)

Segundo Coutinho (2011), o Brasil já havia realizado a sua revolução burguesa, tanto a fez que por consequência, desde a República já se apresentava dentro da formação econômico-social importantes especificidades do tipo capitalista. Por conta disso, tanto Caio Prado quanto Florestan Fernandes já haviam rompido com a visão de que supostamente o Brasil não teria se desenvolvido plenamente. A verdade é que a revolução burguesa ocorrida no Brasil é do tipo não clássico, o que temos são suas características atípicas deixadas por este desenvolvimento que podemos afirmar que ocorreu de maneira plena.

Ora, tanto Caio Prado quanto Florestan rompem com essa visão: para eles, o Brasil contemporâneo é um país plenamente capitalista, que já teria experimentado portanto uma “revolução burguesa”, mas – e é esse “mas” que torna tão significativas as suas obras, inclusive no quadro do nosso marxismo – uma revolução burguesa de tipo “não clássico”. (COUTINHO, 2011, p.224)

A tradição marxista se faz muito importante para entender melhor os processos de transição “não clássica” para o capitalismo, processos esses que não seguiram todas as características da revolução inglesa realizadas no século XVII ou da Revolução Francesa do século XVIII, sendo assim, o autor refere-se então a noção de via prussiana elaborada por Lênin e o conceito de revolução passiva criado por Gramsci.

Em Lenin, a noção serve sobretudo para definir os processos de transição para o capitalismo no campo, evidenciando o fato de que, nos casos de “via prussiana”, conservam-se na nova ordem fundada pelo capital claras sobrevivências das formas pré-capitalistas, como, por exemplo, o uso da coerção extraeconômica na extração do excedente produzido pelos trabalhadores rurais; em Gramsci, o conceito é usado para conceituar processos de modernização promovidos pelo alto, nos quais a conciliação entre diferentes frações das classes dominantes é um recurso para afastar a participação das massas populares na passagem para a “modernidade” capitalista. (COUTINHO, 2011, p.224)

Embora, segundo Coutinho (2011), Caio Prado aparenta não conhecer nenhum desses dois conceitos, se aproximou muito a partir de suas conclusões das obras de Lenin e Gramsci, podendo até dizer que dessa maneira reinventou os conceitos abordados pelos pensadores marxistas. Retratou também a “questão agrária” no Brasil, no qual por lá é mostrado como a transição para a modernidade se deu entre nós não só com a conservação da grande

propriedade rural herdada da Colônia, mas também como a manutenção de restos pré-capitalistas escravistas e não feudais como o próprio Caio Prado menciona em seu texto. Caio Prado também trouxe em sua obra a exposição do processo de Independência brasileira, definida como revolução pelo alto produzida por grupos entre as classes dominantes tendo a completa exclusão do protagonismo das camadas populares.

Decerto, Florestan Fernandes dispõe de um estoque de categorias marxistas bem mais rico do que aquele utilizado por Caio Prado: Florestan não só conhece muito bem a produção teórica de Marx e Engels como também revela ter estudado profundamente Lenin, cuja presença, de resto, é marcante em sua produção teórica a partir de *RBB*. Nessa obra, encontramos ainda uma referência a Gramsci, autor que Caio Prado, mesmo em sua obra posterior à publicação dos *Cadernos* gramscianos (final dos anos de 1940), parece desconhecer inteiramente. Contudo, mesmo reconhecendo a grande familiaridade de Florestan com a literatura marxista, é importante fazer aqui dois registros. Embora cite várias obras de Lenin na substancial bibliografia contida em *RBB*, é surpreendente que não conste entre elas *O programa agrário da social-democracia*, escrito em 1907, que é o texto em que o revolucionário russo apresenta de modo mais sistemático o seu conceito de “via prussiana”, ou seja, de um caminho “não clássico” para o capitalismo. (COUTINHO, 2011, p. 225-226)

Ainda que Florestan em sua análise do Brasil traga determinações muito próximas daquelas descritas por Lenin, não chega a empregar de forma explícita a noção de via prussiana. Coutinho afirma que Caio Prado parece não conhecer a obra de Gramsci, ao contrário de Florestan Fernandes que a conhece. Porém, dentro dessa questão é importante observarmos que Gramsci não se refere à “revolução passiva” como uma “revolução frustrada”, mas sim, um tipo específico de revolução exitosa como é dito por Coutinho (2011), ainda que feita através de conciliações pelo alto e a exclusão do protagonismo popular onde foi gerado um processo de transformações político-sociais do qual se deu a partir do que Gramsci explica como “ditadura sem hegemonia”.

Não podemos deixar de lembrar que todo trabalho elaborado por Florestan Fernandes, principalmente durante o livro a revolução burguesa no Brasil, pauta e elabora a “imagem do Brasil” a partir do método marxista que, diferentemente de Caio Prado, sustenta sua análises mais em conceitos do que de forma intuitiva.

Um exemplo concreto seria:

Florestan diz explicitamente que o Brasil evoluiu para o presente capitalista a partir de uma formação econômico-social *que não era capitalista*. No autor de *Formação do Brasil contemporâneo*, ao contrário, a definição da natureza econômico-social de nosso passado aparece de modo impreciso, ou seja, atribuindo à circulação a prioridade ontológica na definição de uma estrutura econômica, uma atribuição que contradiz claramente a lição marxiana. Isso, evidentemente, prejudica sua “imagem do Brasil” não só no que se refere ao passado, mas também ao presente.

(COUTINHO, 2011, p.227)

Segundo Coutinho (2011), Florestan Fernandes afirma de maneira aberta que o Brasil nas épocas colonial e imperial não era capitalista, a razão atribuída para tal afirmação se dá pelo motivo de que a classe dominante seria formada pelos latifundiários escravistas diferentemente do que Caio Prado constrói na sua narrativa onde ele afirma numa base de lógica capitalista que se orientava por outro tipo de racionalidade que o mesmo chamava de “patrimonialista”. Dessa maneira é possível observar que a emergência da classe acontece a partir da expansão de relações comerciais na época imperial, tendo dessa maneira duas novas camadas sociais, a dos fazendeiros de café e a dos imigrantes. Essas duas camadas não se rompem de maneira plena com a “velha ordem” patrimonialista, mas mantém a sua ação guiada pela racionalidade capitalista onde desempenharam o papel de protagonistas da revolução burguesa que se instaurou em nosso país, como é descrito por Coutinho (2011).

Ainda dentro da imagem do Brasil podemos afirmar segundo Coutinho (2011):

Florestan – seguindo nisso Max Weber – define essa ordem pré-capitalista como uma “sociedade estamental e de casta”, reservando apenas para o capitalismo a designação de “sociedade de classes”. Não posso aqui me deter sobre o fato de que, segundo o marxismo – pelo menos depois de *A ideologia alemã*, em que Marx e Engels parecem ainda supor que classes sociais só existem no capitalismo –, a presença de estamentos ou de ordens, isto é, de segmentos fundados numa explícita desigualdade jurídica, não implica de nenhum modo a negação da realidade econômico-social das classes. Se é verdade, como lemos no *Manifesto comunista*, que “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe”, então é tarefa dos marxistas definir com precisão quais eram as classes sociais que formavam a estrutura do Brasil nas épocas colonial e imperial e como se processavam as lutas entre elas. (COUTINHO, 2011, p.228)

Ao mesmo tempo, no livro *A revolução burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes não foge dessa tarefa, ele também utiliza de algumas terminologias weberianas, e nos apresenta uma análise de como se estabelece as motivações comportamentais dos senhores de escravos no qual levam muitas vezes a uma aproximação da análise marxista, sendo que essas motivações são vinculadas à sua gênese nas relações sociais de produção. Dessa forma, quando é analisado os processos de transição da “sociedade estamental” para o capitalismo, Fernandes não deixa de fazer a intervenção na análise sobre a noção da luta de classes na qual mais uma vez retorna ao método marxista. Segundo Coutinho (2011), enquanto Caio Prado deixa a desejar e não esclarece a especificidade da nossa “revolução burguesa”, Fernandes se posiciona em seu livro a partir das afirmações:

Não existe, como se supunha a partir de uma concepção europocêntrica (válida para

os casos ‘clássicos’ da revolução Burguesa), um único modelo básico democrático-burguês de transformação capitalista. (...) Até recentemente, só se aceitavam interpretativamente como revolução Burguesa manifestações que se aproximassem tipicamente dos ‘casos clássicos’. (...) Tratava-se, quando menos, de uma posição interpretativa unilateral” (FERNANDES, 2006, p. 289-290).

Dentro da explicação de Coutinho (2011), nota-se que Fernandes nos relata com total consciência a respeito dos problemas enfrentados por Lênin e Gramsci que nos esclarecem a respeito das vias "não clássicas" para o capitalismo. Por esse motivo, Coutinho demonstra de maneira assertiva:

Ora, essa consciência lhe permite, sempre em comparação com Caio Prado, o uso de recursos teóricos mais precisos para entender não apenas o específico modo da revolução burguesa no Brasil, mas também a particularidade do capitalismo que irá resultar dessa revolução. Sem negar que a conservação do “atraso”, da dependência externa, da “selvagem” exploração do trabalho, do “autocratismo” etc. gera importantes determinações específicas de nosso “moderno” capitalismo, Florestan evita, porém, ao mesmo tempo, a tendência caiopradiana de dar prioridade a tais elementos “atrasados” na caracterização de nosso presente: graças a uma visão mais mediatizada, ele ressalta também os traços *novos* que o capitalismo introduz na vida social brasileira, destacando entre eles a industrialização e a urbanização, o revolucionamento do universo de valores, a nova estratificação social etc. (COUTINHO, 2011, p. 230)

Por essa razão observa-se a partir do que Coutinho (2011) nos relata em seu texto, a imagem do Brasil moldada pelo marxismo brasileiro, onde é possível avançar de maneira significativa para uma visão mais precisa e complexa por conta das contradições do presente apresentadas, mas também acerca das tarefas estratégicas colocadas para aqueles que realmente pretendem construir um novo futuro.

Lenin, na definição dos pressupostos de uma via “não clássica” para o capitalismo, recorre sobretudo ao modo de resolução da “questão agrária”. Florestan, ao contrário, sublinha uma outra característica para explicar a “não classicidade” brasileira: para ele, com efeito, a peculiaridade de nossa revolução burguesa resultaria essencialmente do fato de que esta se processa num país dependente, primeiro do colonialismo, hoje do que ele chama de “imperialismo total”. Para Florestan, residiria sobretudo nesse caráter dependente e subalterno de nossa formação social a razão por que não seguimos uma “via clássica” para a modernidade; ou, mais precisamente, foi por termos sempre ocupado uma posição dependente no quadro do capitalismo internacional que não pudemos conhecer uma revolução burguesa capaz de forjar em nosso país uma superestrutura política que, referindo-se a Barrington Moore Jr., nosso autor chama de “liberal-democrática”. (COUTINHO, 2011, p. 230)

Destacando os traços que delimitam a autocracia burguesa brasileira, Florestan Fernandes nos chama a atenção para o fato que tais definições são típicas da organização e do

funcionamento da sociedade de classes sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido e apenas não se expressam da mesma maneira que a Revolução Burguesa no seu curso "clássico" ou liberal-democrático. Além daquilo que Fernandes nos relata sobre a dependência, o colonialismo e o imperialismo, o autor nos menciona também como fator explicativo da via 'não clássica' no Brasil, o seu caráter tardio no desenvolvimento capitalista, onde é demonstrado o que se processaria num momento histórico no qual o socialismo ingressado na agenda política mundial traria uma batalha decisiva entre ele e o imperialismo.

(...) Segundo Florestan, isso faz com que a burguesia brasileira prefira se aliar às velhas classes dominantes e aos segmentos militares em vez de tentar um compromisso permanente com as classes subalternas, compromisso que, se realizado, implicaria uma ampliação dos direitos de cidadania entre nós. Em estreita articulação com a dependência, que torna a burguesia brasileira carente de autonomia, o temor ao proletariado e ao socialismo contribuiu ainda mais para fazer com que essa classe adotasse, na busca da consolidação de seu domínio, o caminho de uma "contrarrevolução prolongada" (*RBB*, p. 310 e ss.), que utiliza politicamente formas mais ou menos explícitas de poder "autocrático". (COUTINHO, 2011, p.231)

Pode-se afirmar que o caráter dependente e tardio do nosso desenvolvimento capitalista diz muito a respeito da nossa revolução burguesa, porém, diferente de Florestan Fernandes, Coutinho acredita que nem tudo pode ser explicado apenas pelo seu caráter dependente e tardio. Dessa maneira, Coutinho (2011) nos lembra que a Alemanha e o Japão, embora não sejam países dependentes passaram também por vias "não clássicas" em meio a transição para o capitalismo, e durante um longo período estiveram envolvidos pela construção e preservação de estruturas políticas abertamente ditatoriais, mas diferente do Brasil, a Alemanha e o Japão mesmo dentro de um capitalismo tardio não foram nações impedidas de se tornarem países imperialistas.

A partir do que é posto sobre o conhecimento de Lênin e Gramsci, Coutinho nos explica:

(...) O fator decisivo na geração de uma via "não clássica" para o capitalismo é um fator interno, residindo sobretudo no modo pelo qual o capitalismo resolve a "questão agrária": a via clássica implica uma solução revolucionária, com a destruição da grande propriedade pré-capitalista e a criação de um campesinato livre, enquanto o caminho "não clássico" tem lugar quando a grande propriedade e a velha classe latifundiária se conservam, introduzindo progressivamente e "pelo alto" novas relações capitalistas. (COUTINHO, 2011, p. 232)

Ter a percepção deste ponto se torna crucial para definir a "imagem do Brasil", inclusive nas obras de Caio Prado como nos lembra Coutinho (2011), pois foi a partir das obras de Caio Prado que adquirimos uma análise importantíssima acerca da "questão agrária"

nos quais podemos constatar que o velho latifúndio se tornou capitalista sem que fosse necessário uma perda significativa das suas antigas características, como uso e o abuso das formas de “coerção extra econômica” sobre o trabalhador. Dessa maneira Coutinho (2011) nos explica:

Penso assim que a definição florestaniana da especificidade da “revolução burguesa” no Brasil ganharia ainda mais em densidade se, além das determinações resultantes do caráter dependente e tardio do desenvolvimento capitalista entre nós, incorporasse também as determinações provenientes do modo de resolução (ou de não resolução) da nossa “questão agrária”, tão bem conceitualizado na obra de Caio Prado. Mas, independentemente disso, o fato é que, com base em seu conceito de uma revolução burguesa de tipo “não clássico”, Florestan não só reexaminou momentos essenciais de nosso passado, mas também propôs uma brilhante interpretação marxista – talvez a mais lúcida de que dispomos até hoje – daquilo que, na época em que *RBB* foi publicado, constituía o nosso presente histórico. (COUTINHO, 2011, p. 232)

Segundo Carlos Nelson Coutinho, a análise florestaniana do presente se configura em três complexos problemáticos que são estreitamente articulados entre si. O primeiro deles se refere às lutas de classe que aconteceram no período do golpe de 1964 na qual foi denominada como “contrarrevolução preventiva”, onde uma burguesia se manteve unificada pelo temor comum dos mais variados segmentos que se iniciaram com a ascensão dos movimentos populares no início dos anos de 1960. Já no segundo, Fernandes conceitua os principais traços político-institucionais do regime que resultou do golpe, regime este que foi intitulado como autocracia burguesa. De acordo com Florestan Fernandes, esse regime no qual Gramsci certamente incluiu sob um tipo geral definido por ele como “ditadura sem hegemonia”, se dá como uma expressão da impossibilidade estrutural da burguesia brasileira de ampliar minimamente suas bases de consenso junto aos segmentos subalternos, o que de forma obrigatória levaria a recorrer de maneira sistemática e permanente o uso da coerção aberta contra a classe trabalhadora. Por último e não menos importante o terceiro complexo problemático se estabelecia em indicar as principais características do “projeto de abertura” que naquele momento ainda se iniciava, o projeto proposto em questão foi realizado pelo regime militar para enfrentar as crescentes dificuldades econômicas e políticas em que estava sendo envolvido. Segundo Coutinho: Para nosso autor, a implementação desse projeto significaria apenas que “a autocracia burguesa leva a uma democracia restrita típica, que se poderia designar como uma *democracia de cooptação* (COUTINHO, 2011, p. 233)

Por conta disso segundo Coutinho (2011), Gramsci chamaria esse momento de transformismo:

(...) O regime buscava perpetuar-se no poder por meio da cooptação de alguns segmentos moderados da oposição, mas sem abandonar – um fato sobre o qual nosso autor insistia sem vacilações – a sua natureza essencialmente autocrática. (COUTINHO, 2011, p. 234)

Coutinho nos mostra como Florestan por meio da sua análise observava as características específicas da nossa burguesia, de maneira enfática, Fernandes mantinha negação de qualquer possibilidade da burguesia se modificar estruturalmente a ponto de que fosse possível incluir novas formas mais consensuais ou democráticas durante o exercício do seu poder de classe. Ainda em seu livro *A revolução burguesa no Brasil*, Fernandes mantém a sua negativa e reitera: “Não se pode dizer que tal ditadura de classe [implantada em 1964] seja transitória.” (Fernandes, 2005, p. 350).

Florestan Fernandes manteve esse posicionamento até o final de sua vida, embora sempre supôs que alguns desses traços do seu modo de dominação poderiam ser modificados, mesmo sendo irrelevantes em sua estrutura final. A razão para tal pensamento, é que Fernandes compreendia que a burguesia brasileira seria incapaz de renunciar às estruturas autocráticas de dominação, pois essa renúncia acarretaria um grande risco na sua própria existência como classe burguesa. Coutinho (2011) complementa em seu texto nos informando que Fernandes embora mostre em sua produção teórica os limites transformistas do projeto de “abertura”, ele também de alguma maneira subestimou a partir do seus trabalhos anteriores ao *Revolução Burguesa no Brasil* que tal projeto foi atravessado e contraditado por um processo de abertura, ou seja, por um movimento social objetivo que resultou da ativação da sociedade civil, em particular segundo Coutinho (2011) dos segmentos ligados às classes trabalhadoras. Dessa forma, fica claro entender que:

O “processo” de abertura, atuando de baixo para cima, abriu e conquistou espaços que nem de longe estavam previstos no “projeto” geiseliano-golberiano, que previa apenas uma reforma da autocracia “pelo alto”, com a conservação de suas características essenciais. Ora, em 1974, no momento em que escreveu a última parte de *RBB*, era absolutamente compreensível que Florestan subestimasse as potencialidades desse *processo* de abertura, já que ele só iria efetivamente tomar corpo e dimensão nacional a partir das greves do ABC, ocorridas entre 1978 e 1980, e da memorável campanha pelas “diretas-já”, que culmina em 1984. Por isso, também é compreensível – embora isso expresse mais um *wishfull thinking* do que uma análise realista – que sua obra-prima se encerre sugerindo que tínhamos apenas uma alternativa: ou a permanência da “autocracia burguesa” (ainda que sob as novas vestes da “democracia de cooptação”) ou a “revolução socialista” (concebida, de resto, como uma explosão violenta). (COUTINHO, 2011, p.234,235)

Aos fatos seguintes no que se refere à publicação do livro *a Revolução Burguesa no*

Brasil, Coutinho nos explica que é possível notar que mesmo possuindo algumas previsões que no futuro se tornaram muito assertivas, algumas outras não se confirmaram por não ter alcançado um grau de avaliação adequado naquilo que podemos compreender quanto às potencialidades do processo de abertura.

Florestan continuou subestimando, em seus últimos trabalhos, o peso que os setores populares – e, em particular, a nova classe trabalhadora – tiveram nos fenômenos da transição democrática e, conseqüentemente, na definição das instituições políticas (sobretudo a Constituição de 1988) que dele derivaram. Dada a concreta correlação de forças que então se manifestou, essa nova institucionalidade foi fortemente marcada pelas lutas das classes subalternas; a meu ver, a transição – ainda que, em seu momento resolutivo, tenha reproduzido a velha tradição brasileira dos “arranjos” pelo alto – foi também determinada, pelo menos em parte, pelas pressões que provinham “de baixo”. Por isso, não é de modo algum casual que a Constituição de 1988, que recolheu em seu texto muitas dessas pressões, tenha se tornado – desde o governo Collor até o governo Cardoso – um dos principais alvos da luta que a burguesia vem travando para consolidar entre nós uma nova forma de dominação de classe. Em sua caracterização do período, Florestan reteve apenas o momento da “reforma pelo alto”, tanto assim que designou o contraditório processo de transição como uma “transação conservadora”; em consequência, a nova institucionalidade lhe aparecia como nada mais do que uma enésima manifestação da “autocracia burguesa”, ou, em suas próprias palavras, como o “último e surpreendente refúgio [deditadura]”.¹⁵⁸ Por isso, ele continuou a supor até o fim que o único caminho para a luta pela democracia e pelo socialismo no Brasil seria o de uma revolução explosiva e violenta. (COUTINHO, 2011, p. 235,236)

Com tudo isso Coutinho (2011) nos esclarece que Florestan Fernandes não se atentou sobre as novas condições abertas pela derrota da ditadura que empunharam as forças populares a escolha de uma nova estratégia de luta que, segundo Coutinho, para usar os conhecidos conceitos de Gramsci já não devia recorrer à “guerra de movimento”, ao choque frontal, mas sim à “guerra de posição”. Caso a avaliação de Coutinho esteja correta, essa questão implicaria a necessidade de substituir a proposta de uma revolução “explosiva” e violenta pelo de uma revolução “processual”, fundada numa luta permanente pela hegemonia.

Sobre os limites referentes à “imagem do Brasil”, ao final Fernandes, segundo Coutinho, procede não só da subestimação feita a respeito do processo de abertura na avaliação da nova institucionalidade construída depois de 1985, mas também de uma afirmação já presente em seu livro. A correta análise florestaniana realizada da revolução burguesa no Brasil como manifestação de uma via “não clássica” implicou em momentos que consideramos decisivos o uso sistemático de formas abertamente ditatoriais e coercitivas, dessa maneira, cria-se uma generalização problemática, ou seja, a afirmação de que a nossa burguesia sempre necessitou e necessitará do domínio de classes em forma ditatoriais ou autocráticas do poder político. A partir de uma análise empírica podemos observar que o recurso a formas não clássicas de uma revolução burguesa não impede que o país que adotou

tenha conhecimento de determinadas etapas de sua história como estruturas políticas liberal-democráticas; precisamos apenas nos recordar de países como o Japão, a Alemanha, Itália ou Espanha. Por conta disso Coutinho nos explica:

Essa generalização faz com que Florestan não leve em consideração, em suas análises, alguns períodos históricos em que a burguesia brasileira se viu obrigada a recorrer a formas de dominação que implicam elementos de hegemonia (no sentido gramsciano), ou seja, à busca de um relativo consenso junto às classes subalternas. (COUTINHO, 2011, p.237)

Por este motivo, segundo Coutinho (2011), entende-se que um movimento como este aconteceu durante o chamado “período populista” no qual naquele momento a burguesia por meio da ideologia nacional-desenvolvimentista buscou de maneira substancial uma hegemonia “seletiva” junto a segmentos das classes subalternas, de maneira exclusiva aos trabalhadores urbanos que se encaixam na CLT, porém Florestan Fernandes acredita que “a ‘demagogia populista’ (...) era uma aberta manipulação consentida das massas populares. (...) Não existia uma democracia burguesa fraca, mas uma autocracia burguesa dissimulada” (FERNANDES, 2005, p. 340). Entende-se que o período que se inicia com o “processo de abertura” e perpassa até os dias de hoje, segundo a obra de Coutinho (2011) pode ser caracterizado como:

(...) Um contexto no qual a burguesia – constrangida pelas condições impostas não só pela nova correlação de forças entre ela e as classes subalternas no plano interno, mas também pelo contexto internacional – volta a buscar formas hegemônicas para consolidar sua dominação. (COUTINHO, 2011, p. 237)

Porém, Florestan Fernandes em suas obras nos afirma que a época populista não passou de uma “autocracia burguesa dissimulada” ele também presume, que o período que se iniciou em 1985 é apenas o “último refúgio da ditadura”. De acordo com Coutinho, ao longo do seu trabalho ele tenta construir observações críticas, mas de maneira alguma tentar negar o fato indiscutível de que Fernandes com o seu salutar radicalismo desmistificou muitas ilusões que permaneciam abertas dentro dos setores importantes da esquerda com a ascensão da Nova República. Dessa forma, seguindo a lógica de Coutinho e observando as obras de Florestan Fernandes, podemos afirmar que:

Quando hoje – à luz do que agora sabemos sobre os governos Sarney, Collor e Cardoso – reexaminamos a denúncia florestaniana das tendências regressivas e conservadoras contidas na nova fase histórica que então se iniciava, somos forçados a constatar que muito daquilo que a alguns de nós parecia na época manifestação do “sectarismo” do velho Florestan era, ao contrário, a confirmação da sua lucidez

analítica e da sua capacidade de previsão. (COUTINHO, 2011, p. 238)

Ainda pensando a respeito das alternativas contidas na conjuntura que se inicia no Brasil depois de 1985, Coutinho (2011) nos explica, que não comporta o estreito dilema formulado no final de Revolução Burguesa no Brasil no qual foi reproduzido nos últimos textos de Florestan Fernandes. Isto é, ou autocracia burguesa ainda que mascarada sob novas formas, ou "revolução socialista", concebida como um processo explosivo, se rompeu radicalmente com a nova institucionalidade, onde resultou na transição na qual os trabalhadores lutaram e contribuíram para criar. Dessa maneira Coutinho nos afirma:

(...) Parece-me ser o ponto de partida da nossa difícil luta para derrotar a reestruturação do poder burguês (que agora tenta se consolidar sob a hegemonia do neoliberalismo) e, ao mesmo tempo, para construir – por meio de uma estratégia reformista-revolucionária – as condições para a implantação do socialismo em nosso país. Mas agora sabemos, graças, entre outras coisas, ao radicalismo de Florestan, que a esquerda brasileira não pode travar essa luta se não se libertar de uma dupla ilusão: por um lado, a de que os avanços obtidos na construção de nossa democracia já estejam definitivamente consolidados, mesmo no nível da superestrutura política; e, por outro, a de que, ainda que os consigamos consolidar, tais avanços sejam suficientes para realizar a verdadeira emancipação humana do nosso povo. (COUTINHO, 2011, p. 238 e 239)

No que se diz a respeito da democracia que inicializamos a construção durante o período da transição, Coutinho (2011) nos alerta que só poderemos consolidá-la de maneira definitiva se de maneira plena caso fosse realizada uma progressiva radicalização, uma verdadeira transformação dentro de uma democracia socialista.

As críticas realizadas ao tentar analisar a herança teórica e política deixada por Fernandes, pretendem se manter numa proposta de autocrítica de acordo com Coutinho (2011). O autor estabelece e complementa, que apesar de nenhum marxista ter elaborado uma imagem do Brasil tão completa e lúcida, Florestan Fernandes conseguiu nos entregar essa imagem de maneira muito elaborada não só a partir dos detalhes, mas também pela sistematização das ideias construídas em seu livro realizadas com muito domínio e equilíbrio ao longo do seu trabalho. Isto posto, Coutinho (2011) declara a respeito de Florestan Fernandes:

O proletariado não deve recuar diante de nenhuma autocrítica, pois só a verdade pode levá-lo à vitória e, por isso, a autocrítica deve ser seu elemento vital". A tarefa coletiva de elaborar uma "imagem do Brasil" com base no marxismo – para a qual, depois de Caio Prado Júnior e de Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes deu certamente a maior contribuição – é uma tarefa sempre em aberto, pelo que jamais poderemos nos satisfazer com os resultados já obtidos. Para o cumprimento de tal tarefa, Florestan não contribuiu apenas com suas brilhantes reflexões teóricas, mas

também com o seu extraordinário exemplo moral. (COUTINHO, 2011, p. 239)

Conforme o autor nos relata, o radicalismo de Florestan Fernandes se manteve imerso durante toda a sua vida e contribuiu de maneira significativa com a sua atividade intelectual e política, por conta disso Coutinho (2011) nos deixa uma grande reflexão:

Contra os trãnsfugas e os capitulacionistas, contra os que optaram pela falsa “democracia de cooptação”, o exemplo de Florestan Fernandes nos recorda que o lugar dos intelectuais dignos desse nome é ao lado das classes subalternas, na difícil, mas cada vez mais necessária, luta pela revolução democrática e socialista. (COUTINHO, 2011, p. 239)

Quando tratamos da revolução, segundo Florestan Fernandes (2018), é necessário entendermos que o capitalismo enquanto sistema vigente representa uma grande fronteira e uma ameaça à classe trabalhadora, pois impede uma verdadeira renovação estrutural da sociedade num sentido geral sem qualquer via de exploração do proletariado. Num momento de uma verdadeira estruturação e renovação da sociedade, é possível enxergarmos a revolução proletária inicializar o seu processo dentro das periferias aos grandes centros para que possa causar um grande impacto a partir de uma intervenção poderosa. Nesse sentido, o processo de revolução se identifica melhor com as tarefas alinhadas ao proletariado e assim, podemos definir uma longa trajetória que dará início às transformações revolucionárias de forma encadeada.

Podemos afirmar, segundo Fernandes (2018), que as revoluções proletárias já realizadas dentro da sociedade capitalista herdaram os atrasos e as contradições deste mesmo sistema, que por sua vez, se fortalecem a partir dos “elos débeis”, dessa forma, aprimora-se a própria capacidade de autodefesa e de ataque das nações capitalistas centrais em seus núcleos e nos seus pólos periféricos.

Ao falar de revolução é necessário a compreensão de que o envolvimento político da classe trabalhadora e das massas populares se mantém como algo de extrema relevância para a sua execução plena. Podemos dizer, que o movimento proletário é um movimento consciente e independente, mas para que isso aconteça é necessário que a classe trabalhadora tenha suas próprias experiências políticas, fazendo com que essa experiência se torne o primeiro e principal fundamento para uma grande revolução.

Torna-se necessário compreender que a revolução proletária não se constitui como uma fatalidade do desenvolvimento capitalista, caso contrário fosse, o movimento revolucionário seria dispensável e do outro lado o sindicalismo, o socialismo, o anarquismo e

o comunismo não fariam sentido de ser como são. Podemos inclusive afirmar, que a classe trabalhadora necessita de condições de organização como classe independente para que possam anular a autocracia burguesa de modo que o proletariado consiga pôr em prática sua atividade política, ao passo que, a burguesia tolere a presença revolucionária da classe trabalhadora. Dessa maneira, se torna indispensável e se mantém como necessidade central a conquista do poder político que se mantém atrasada, porém não poderá ser impedida.

Dito isso, vale ressaltar que para que a revolução proletária atinja a sua plenitude se faz necessário entender que uma intervenção como esta onde se atinge níveis mais avançados deve contar com a força das atividades sindicais e partidárias para que seja possível a elevação no grau de consciência da classe trabalhadora, que poderá dessa forma ganhar sua solidariedade a partir de uma política ativa. Uma intervenção como essa visa extinguir a dominação burguesa presente na sociedade a fim de eliminar de maneira drástica o conflito de classes que poderiam desencadear crises profundas, dessa forma, se torna possível aproximar a classe trabalhadora que por séculos se mantém oprimida à frente do poder nacional.

A perspectiva da revolução no Brasil em Florestan Fernandes está ligada à transformação da sociedade brasileira em um movimento iniciado pela classe trabalhadora. Sendo assim, a revolução proletária está alinhada ao desenvolvimento geral da sociedade brasileira sem qualquer discriminação étnica, racial e cultural. De acordo com Florestan Fernandes (2018) podemos afirmar que por conta da dominação de classes presente em nossa sociedade, onde uma elite dirigente se mantém à frente por meio do seu passado senhorial e colonial compreendemos dessa maneira que estas ações geradas pelo capitalismo tendem a moldar a sociedade dentro dessa perspectiva além de provocar efeitos devastadores sobre a constituição brasileira. Por conta disso a revolução proletária torna-se fundamental para o alívio da classe trabalhadora em meio à liberdade presente de se manter longe das engrenagens do capital e assim sendo possível viver uma democracia ampla.

O Estado de direito tornava-se uma presa fácil de setores dirigentes das classes dominantes, empenhados em “impedir a anarquia da sociedade”, em tratar todos os problemas sociais “como casos de polícia” e em refazer as técnicas pelas quais a apatia provocada e o “fatalismo” conformista podiam ser produzidos na escala das exigências da situação. No passado remoto e recente, a norma era: o escravo é o inimigo público da ordem; nos tempos modernos, a norma tornou-se: o colono, o camponês e o operário são o inimigo público da ordem. Portanto, uma forma ultraviolenta de despotismo aberto superpôs-se à constituição do regime de classes e preservou um padrão neocolonial de sociedade civil, pelo qual a democracia é uma necessidade e uma regalia dos que são gente. (FERNANDES, 2018, p. 99)

Por conta do país ter uma origem colonial e possuir um estado autocrático, enviesado

numa democracia de cooptação, a classe trabalhadora não conheceu de fato um sistema no qual houvesse benefícios reais ao seu povo. A partir das lutas travadas dentro e contra o sistema capitalista foi possível entregar algumas mudanças significativas para a classe trabalhadora. Ouvir o apelo popular se torna importante para compreender a necessidade das minorias e ampliar os direitos para todo o proletariado. Uma revolução proletária e revolucionária se torna indispensável para a contemplação de um novo projeto e horizonte societário. Para que isso ocorra se torna necessário a atuação dos sindicatos e os partidos operários para que estabeleçam um patamar histórico onde poderão englobar as necessidades do proletariado, o movimento sindical dessa forma, poderá orientar a classe trabalhadora num movimento revolucionário contra a opressão e a exploração da sociedade burguesa.

Não se trata de “subestimar” sindicatos e partidos operários. Ao contrário, trata-se de estabelecer um patamar histórico a partir do qual *eles poderão funcionar para os trabalhadores, não para a ordem existente*. Sem a existência de um proletariado constituído como classe independente, não haverá sindicatos e partidos operários independentes (FERNANDES, 2018, p. 65)

Podemos observar, segundo Fernandes (2018), que a herança senhorial transformou a sociedade brasileira de modo que a sua vontade prevalecesse em meio às desigualdades e problemas estruturais presentes na sociedade em que vivemos. Esses problemas se agravam a cada século, podendo assim se afastar ainda mais daquilo que não lhe desperta interesse em mudar. A classe trabalhadora por essa razão ainda se encontra frágil no que diz respeito em mudar esta realidade tendo o poder monopolista do capitalismo como modelo esmagador do proletariado, haja vista que a partir de uma contrarrevolução prolongada conseguiram impor a sua vontade. Porém, no momento em que a classe trabalhadora conseguir alcançar a consciência de classe tão necessária para a sua revolução, ela se tornará capaz de deixar o domínio do Capital para se estabelecer como classe independente. Por conta disso, Fernandes (2018, p.66) nos recorda: “A marcha para a constituição da classe em si deverá estar bastante avançada para exigir uma clarificação revolucionária da consciência proletária”.

É possível observar que a revolução burguesa no Brasil contribuiu para a evolução da esfera econômica da sociedade porém, o que de fato precisamos observar é que o que deve ser priorizado não cabe a burguesia e sim ao proletariado. Dessa forma esferas como a social, cultural e política ficam a cargo da classe trabalhadora, queiram ou não as elites dirigentes, entretanto, mesmo que essa decisão não esteja alinhada aos segmentos capitalistas, nacionais ou estrangeiros, a revolução proletária precisa acontecer e se mostra como a única capaz de organizar de maneira geral o desenvolvimento da sociedade. Segundo Fernandes (2018), a

classe dominante tentará reverter este processo:

É esta perspectiva política que deve preocupar os que atacam o capitalismo e não as burguesias, os que não querem só o “aperfeiçoamento da ordem”, mas a destruição da ordem existente. Isto quer dizer que os socialistas revolucionários e os comunistas têm de realizar uma gravitação que os coloque *adiante* (e não *atrás*) das transformações histórico-sociais em processo e da relação que as forças burguesas mais avançadas procurarão desenvolver com a sociedade global através delas. Só assim eles poderão evitar o “jogo do adversário” e, o que é mais decisivo, agir com uma racionalidade revolucionária proletária, que, além de sóbria e ponderada, precisa ser firme e persistente. (FERNANDES, 2018, p.107-108)

CONCLUSÃO

Com base na pesquisa bibliográfica e documental realizada, é possível observar o que o autor nos traz, a partir do que foi construído ao longo de sua vida acadêmica e militante, elementos centrais do processo de desenvolvimento econômico, social e político da América Latina e principalmente do Brasil. Florestan em seus trabalhos consegue transmitir de maneira muito esclarecedora e sistemática como se deu o real movimento de construção do capitalismo dependente no país.

A observação crítica do autor, nos leva aos processos e aos resultados gerados de como se deu a revolução burguesa atípica que ocorreu no Brasil e na América Latina, nos leva, também, ao principal agente controlador que se manteve e mantém à frente do desenvolvimento unilateral que aconteceu no nosso país por meio da classe dominante.

Existem aspectos nos quais foram imprescindíveis para estruturação da revolução burguesa no Brasil, dessa forma, o autor tenta nos mostrar a trajetória do capitalismo no país, a partir do que se estabeleceu com a ascensão da burguesia e da sua dominação política.

A classe dominante, por se encaixar numa condição de privilégio em meio ao subdesenvolvimento do país, estende o seu controle por meio da exploração da classe trabalhadora e também por meio do Estado autocrático-burguês, que se mantém como ferramenta de coerção e alienação da classe trabalhadora. A burguesia à seu modo, mantém os seus interesses acima de qualquer valor, que são priorizados a qualquer custo ou lei que de alguma forma incapacite qualquer um que se oponha a sua dominação.

Como foi dito anteriormente, existem aspectos nos quais foram imprescindíveis para estruturação da revolução burguesa no Brasil, pode-se dizer que o capitalismo dependente, a autocracia burguesa e a democracia de cooptação impulsionaram, a sua maneira, tudo aquilo que hoje percebemos como formador principal num aspecto geral no que se diz a respeito ao processo histórico, econômico, social, cultural e político do país.

A revolução proletária garante, dessa maneira, um processo único e real, que podemos identificar pelo avanço político a partir da consciência de classe em expansão. Ter a revolução proletária como horizonte no projeto ético-político do Serviço Social garante a sustentação dos projetos e a expansão da consciência de classe tão importante para o processo de revolução. Ter na produção de conhecimento em Serviço Social a referência aos trabalhos acadêmicos de Florestan Fernandes, permite fortalecer e melhorar aspectos políticos e sociais tão importantes para a revolução proletária. O projeto ético-político juntamente com o

horizonte societário do Serviço Social associa a sua imagem de modo coerente à expansão e evolução de uma sociedade que se mantenha livre de qualquer forma de dominação e exploração. O horizonte societário do Serviço Social permite observar grandes e possíveis avanços para a classe trabalhadora, de modo que a sua independência se torne cada vez mais real.

O conjunto de mudanças teóricas-metodológicas e ético-políticas que se efetivam no Serviço Social brasileiro a partir desse período alicerça o que hoje denominados de projeto ético-político profissional e sintetiza um processo permeado de debates, lutas, conquistas, tensões e desafios. Processo que, por ser histórico, encontra-se aberto às determinações societárias, à dinâmica de luta de classes, à relação entre Estado e sociedade e as possibilidades que emanam das contradições postas na realidade. (Codigo de Etica do Assistente Social, 2012, p.10)

Ao observar o Código de Ética do Assistente Social identificamos a seguinte frase de Bertolt Brecht: “Apenas quando somos instruídos pela realidade é que podemos mudá-la”. Esta frase se aplica inteiramente à realidade do profissional assistente social. Ela implica naquilo que o profissional compreende de forma ampla, ou seja, a realidade brasileira. Por conhecer a realidade brasileira de uma maneira que nenhum outro profissional compreende, esses profissionais conseguem transmitir a toda classe trabalhadora a consciência de classe e entregar de modo plausível a visualização de uma estrutura societária que garante os seus direitos.

Para relacionarmos melhor o projeto ético-político juntamente com o horizonte societário do Serviço Social com a perspectiva da revolução proletária no Brasil de Florestan Fernandes, devemos considerar as dificuldades presentes para a realização das conquistas civilizatórias:

O capitalismo contemporâneo destrói conquistas civilizatórias históricas, produto da luta política da classe trabalhadora e alicerça as condições de vigência da barbárie na vida cotidiana, além de promover argumentos ideológicos justificadores da exploração e da opressão. Aqui reside, talvez, a razão mais genuína da necessidade histórica de articulação entre projeto profissional e um projeto societário emancipatório: o fato de que não há possibilidade objetiva de o capitalismo funcionar sem produzir desigualdade social e sem combinar exploração do trabalho com formas variadas de opressão, em processos intensos de mercantilização da vida social e de banalização da vida humana. (BARROCO E TERRA, 2012, p.16)

Nesse sentido, segundo o Código de Ética podemos compreender que um projeto no qual possa beneficiar a classe trabalhadora brasileira tem como o seu principal desafio vencer o momento de materialização extrema da sociedade fundada na defesa, proteção e na expansão da propriedade privada ao passo que a classe trabalhadora esteja sempre em um

conflito direto voltado exclusivamente aos interesses da humanidade num projeto radicalizador.

O sistema capitalista integra ao seu funcionamento a exploração da classe trabalhadora e produz em troca a desigualdade social que tanto conhecemos, no modo de produção capitalista não há uma maneira de se livrar desses problemas que não permitem o avanço da sociedade. A razão para isso é que o sistema capitalista é incapaz de produzir um avanço geral sem os seus meios letais de produção, então enquanto houver Capitalismo existirá desigualdade, barbárie e exploração em todos os âmbitos da sociedade. Cabe a uma revolução proletária assumir esse papel de transformador. Dessa forma, segundo Florestan Fernandes:

[...] Cumpre estudar essas revoluções, vitoriosas ou frustradas, mas para aprender e ir além – não para manter o pensamento e a ação revolucionária dentro de círculos que não se abrem para *o nosso futuro*, pois dizem respeito a uma órbita histórica que não coincide com a órbita histórica do desenvolvimento do capitalismo dependente, do regime de classes e do Estado burguês no Brasil. (FERNANDES, 2018, p. 124)

No momento, a perspectiva da revolução no Brasil trazida por Florestan Fernandes nos leva a pensar sobre o desenvolvimento do país como um todo e como tudo isso se choca com a realidade brasileira atual. Sabemos, que a perspectiva da revolução no Brasil só poderá ser compreendida no momento em que observarmos como o capitalismo dependente se estabelece a partir da autocracia burguesa e das estratégias de manipulação e dominação da classe trabalhadora que são enxergadas por meio da manobra realizada pela democracia de cooptação.

Quando trazemos a perspectiva da revolução em Florestan Fernandes como uma contribuição ao debate teórico-político no serviço social, precisamos analisar que dentro de todo o arcabouço teórico que constrói os fundamentos teórico-políticos do Serviço Social se estabelecem também de maneira simultânea a construção de um conjunto de ferramentas que são indispensáveis aos assistentes sociais para observarem e atuarem de forma crítica nas expressões da “Questão Social”.

O Serviço Social tenta contribuir para que haja uma sociedade livre, igualitária e sem dominação/exploração de raça, gênero, etnia e classe; uma das suas principais atividades no meio acadêmico é disseminar a partir dos seus estudos todos os processos do sistema capitalista que induzem ao ciclo da exploração e das desigualdades sociais, raciais e econômicas que edificam aquilo que mantém a sociedade brasileira como está. Da sociologia, da filosofia, ao entendimento dos métodos socráticos, do aprendizado à ética da profissão, dos fundamentos sociais às compreensões marxistas do trabalho e da economia, ao

questionamento da política e a compreensão de como se estabelece o desenvolvimento humano, tudo isso se encaixa para formar o pensamento crítico da profissão, que ajuda a entender a realidade em que vivemos de forma a traduzir as suas expressões, no intuito de desenvolver projetos na tentativa de contribuir com os avanços da classe trabalhadora.

No momento em que o assistente social entende o seu trabalho na sociedade, fica claro como ele deve se posicionar frente às desigualdades presentes no sistema. Sabemos que o Serviço Social foi elaborado inicialmente como uma manobra da burguesia para manter a alienação da classe trabalhadora e também a sua dominação frente a todos os processos criados para assegurar os seus interesses dentro do capitalismo. Felizmente, com o desenvolvimento da profissão sendo atingido foi possível emancipar a profissão trazendo o seu reconhecimento a partir do que seria requisitado pelos profissionais futuramente. O Serviço Social traz conhecimentos que geram uma consciência de classe gigantesca a quem se dedica a aprofundar em seus trabalhos, sua observação crítica desenvolvida ao longo dos estudos acadêmicos promove uma atuação responsável e dedicada à classe trabalhadora que por sua vez, consegue desenvolver políticas públicas quando há oportunidades.

Durante a formação do assistente social, ele precisa entender como o sistema capitalista funciona e os seus meios para exploração do trabalho. Precisa entender e pôr em prática também uma mente crítica capaz de traduzir e compreender as expressões da questão social para levar de modo coerente aos usuários as respostas frente aos problemas causados pela exploração e a desigualdade do sistema vigente. Com a contribuição de Florestan será ainda mais fácil desenvolver essas habilidades, ele nos mostra a partir daquilo que o mesmo viu sendo moldado e nos leva a uma perspectiva que garante um bom trabalho dentro daquilo que já estabelecemos como projeto profissional e projeto teórico-político.

Segundo Perez (2018), o objetivo do Serviço Social de entender as particularidades da questão social no Brasil vem da necessidade de compreender e identificar os limites e as potencialidades para a emancipação política e humana que se apresentam dentro da realidade socioeconômica e política brasileira. Por essa razão, a referência de Florestan Fernandes traz a originalidade e o realismo que através da sua compreensão e experiência nos mostram como realmente se deu a revolução burguesa que consolidou o capitalismo dependente no Brasil.

Por tudo isso, se o Serviço Social tem como principal foco a mudança via um novo projeto de sociedade, então a contribuição de Florestan Fernandes é fundamental para projetar essa mudança na realidade brasileira. Tanto para compreender a particularidade de nossa realidade, quanto para pensar nos caminhos e na luta por outro projeto societário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO, Maria Lucia Silva e TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social - Comentado**. São Paulo: Editora Cortez, 2012. 262p.

Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10 ed. re. e atual - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60p.

COUTINHO, Carlos Nelson, **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas**. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 264p.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5.ed. São Paulo: Globo, 2006. 504p.

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. Edição 1. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 130p.

LARA, Ricardo. **Introdução aos complexos categoriais do ser social**. Revista EM PAUTA, Rio de Janeiro, V.13, N.36. p.269 - 292. 2º Semestre de 2015.

LARA, Ricardo e PEREZ, Davi Machado. **Consolidação e Atualidade do Capitalismo Dependente no Brasil: a contribuição de Florestan Fernandes**. Temporalis, Brasília (DF), Ano 15, Número 29, p. 39-63. Jan./Jun. 2015.

LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. In: **MOTA, Ana Elizabete da et al. Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. Rio de Janeiro: Cortez, 2006. p.1 - 22.

PEREZ, Davi Machado. **Capitalismo dependente, autocracia burguesa e democracia de cooptação: O golpe de 2016 e a atualidade de Florestan Fernandes**. Temporalis, Brasília [DF], Ano 19, Número 37, p. 28-44, jan./jun. 2019.

PEREZ, Davi Machado. **Florestan Fernandes: Intérprete do Brasil**. 2018. 2019 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

SOUZA, Osmar Martins de e DOMINGUES, Analéia. **Emancipação política e humana em Marx: Alguns Apontamentos**. Revista Eletrônica Arma da Crítica. Ceará. N.4, Dezembro de 2012.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social**. CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais